



Programa de Pós-graduação em História

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

JOÃO CARLOS BERENGUER CORREIA

QUE DEOS GUARDE OS QUE DESTES MALES PADECERÃO:
A medicina e as práticas de curar diante do maior surto pestilencial do século XVII.

Recife - Pernambuco
2018

JOÃO CARLOS BERENGUER CORREIA

QUE DEOS GUARDE OS QUE DESTES MALES PADECERÃO:
A medicina e as práticas de curar diante do maior surto pestilencial do século XVII.

Dissertação apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Nascimento Oliveira.

RECIFE
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

C824q Correia, João Carlos Berenguer.
 Que Deos guarde os que destes males padecerão: a medicina e as práticas de curar diante do maior surto pestilencial do século XVII / João Carlos Berenguer Correia. – Recife, 2018.
 109 f.: il.

 Orientador(a): Ana Lúcia Nascimento Oliveira.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, BR-PE, 2018.
 Inclui referências e anexos.

 1. Epidemias - Recife (PE) - História - Séc. XVII 2. Sepultamento - Recife (PE) - História - Séc. XVII 3. Saúde Pública - Recife (PE) - História - Séc. XVII 4. Arqueologia e história I. Oliveira, Ana Lúcia Nascimento, orient. II. Título

CDD 900



QUE DEOS GARDE OS QUE DESTES MALES PADECERÃO:
A medicina e as práticas de curar diante do maior surto pestilencial do século XVII.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

JOÃO CARLOS BERENGUER CORREIA

APROVADA EM / /

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra.

Ana Lúcia Nascimento Oliveira – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

Prof. Dr.

Bruno Martins Boto Leite - Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

Prof. Dr.

Carlos Alberto Cunha Miranda. - Programa Pós-Graduação em História – UFPE

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais: Maria Helena Berenguer Correia e José Carlos Correia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus Pai Todo Poderoso e a Nossa Senhora que me deram a força, a fé e a perseverança para a realização deste trabalho;

Agradeço aos meus queridos pais por toda uma vida de luta e dedicação sem limites que me fizeram ser quem sou hoje;

Agradeço ao meu irmão Marcos Paulo, que em seu trabalho árduo me deu a inspiração de não desistir;

Agradeço ao meu companheiro Alexandre, que me acompanhou, incentivou, inspirou e segurou a barra nos momentos mais difíceis desta caminhada. Sem sua ajuda eu não teria concluído esta etapa de minha vida;

Agradeço a minha amiga Mahely Barros pelo suporte e pela enorme ajuda com as revisões textuais;

Agradeço aos meus amigos e companheiros de jornada, em especial a minha amiga Leila que é verdadeiramente minha irmã nesta jornada;

Agradeço a minha professora e orientadora Ana Lúcia Nascimento Oliveira que tão prontamente me acolheu e me guiou dentro e fora deste trabalho;

Agradeço ao Professor Sandro Vasconcelos responsável pelo Museu do Forte das Cinco Pontas. Sem sua valiosíssima ajuda orientando meu pré-projeto eu não teria ingressado neste Programa de Pós-Graduação;

Agradeço ao Professor Bruno Martins Boto Leite que foi mais que coorientador, ainda que não tenha sido oficializado. Obrigado por todo apoio e generosidade em dispor tantos elementos para a realização deste trabalho;

Agradeço ao Professor Carlos Miranda pelas contribuições feitas para a construção deste trabalho;

Agradeço aos meus antigos professores por terem acreditado e torcido por mim na busca deste objetivo, em especial as minhas professoras de Ensino Médio que sempre me encorajaram a não desistir dos meus sonhos;

Agradeço ao servidor Rafael Cipriano do PGH UFRPE por todas as vezes em que tão gentil e solícitamente me ajudou;

Agradeço ao meu amigo e colega de trabalho Klysmman pela imensa ajuda com as traduções;

Agradeço a servidora Anna Maria do Lapeh que me auxiliou com tanto esmero da busca dos documentos e mapas;

Agradeço aos colegas e professores deste que me acompanharam neste mestrado, principalmente aqueles que foram solidários nos momentos em que eu mais necessitei.

RESUMO

A chegada dos *Males* em Pernambuco representou uma guinada entre as políticas dispensadas aos territórios coloniais e o que se praticava nas metrópoles. Através da análise da formação dos bairros do Recife foi possível traçar os prováveis motivos da chegada da doença e sua evolução para uma epidemia. Objetivamos assim compreender as políticas públicas de saúde adotadas no referido período e principalmente resgatar aspectos de como a população lidava com as questões relativas ao contágio e também das práticas adotadas quanto aos sepultamentos e aos locais utilizados para este fim. Por meio do resgate histórico deste período que foi de 1685 a 1700 nos será possibilitado compreender as medidas profiláticas adotadas pelo governador Marquês de Montebelo na Vila do Recife, como também observar a continuidades destas práticas após a epidemia, principalmente no que diz respeito aos cemitérios que foram criados para que os sepultamentos dentro das Igrejas tivessem fim. O valor maior buscado por esta pesquisa é a compreensão deste episódio e de como a História pode ser instrumentada para auxiliar a arqueologia enquanto ciência humana no resgate da identidade histórica, assim como estimular o surgimento de novos caminhos e trabalhos nesta área da arqueologia histórica e da história da saúde em nosso estado.

Palavras-chave: Recife. Males. Práticas de sepultamento. Arqueologia

ABSTRACT

The arrival of *Males* in Pernambuco has represented a yaw among the dispensed political practiced into the colonial areas and what used to be done at the metropolis. Through Recife's districts formation analysis was possible to draw the presumable causes of diseases and its evolution to a epidemic. We object to understand the politics public health adopted during this period and mainly recover aspects about how the population used to deal with infection issues and also about the burials practice and its reserved places. Through the historical studies between 1685 to 1700 it will be possible for us to understand such prophylactics steps taken by Governor Montebelo Marquis in Recife Village, such as observe the continuity of those practices after the epidemic, especially in what has to do with the cemeteries that were designed in order to stop the burials within churches. The most searched value for this study is to understand this episode and how History can be used to help in archeology studies while Human Sciences in this conservation of historical identity, in order to instigate new branches of historical archeology studies as well as in health's history of our state.

Keywords: Recife. Males. Burial practice. Archaeology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Recife do século XVII.	37
Figura 02 - Vista do Porto a partir de Olinda, século XVII.	39
Figura 03 - Planta do Bairro do Recife. Séc. XVII.	40
Figura 04 - Prospecto de um cais projetado no Varadouro – 1690.	52
Figura 05 - Plano da Vila do Recife de Pernambuco. Destaque da parte de Olinda.	53
Figura 06 - Mapa da Vila de Olinda e do porto do Recife do fim do século XVI.	55
Figura 07 - Plano Villa de Santo Antônio. Séc. XVII.	77
Figura 08 - Laboratório de Arqueologia da Unicap onde visualiza-se um dos crânios resgatados na Madre de Deus.	79
Figura 09 - Fotografia da escavação na calçada lateral direita da Igreja da Madre de Deus.	79
Figura 10 - Mapa do bairro do Recife.	80
Figura 11 - Vista do pátio da Penha, em que se mostra o Hospício dos Capuchinhos, a Ribeira do Peixe e casas de José de Souza Rangel.	81
Figura 12 - Igreja e convento de Nossa Senhora da Penha (destaque) ...	82
Figura 13 - Igreja e Convento de Nossa Senhora da Penha - Mapa referenciado em 1808.	83
Figura 14 - Mapa mostrando no bairro do Recife a localização da intervenção arqueológica na cor rosa.	84
Figura 15 - Vestígios de estruturas construtivas de duas edificações, construídas em momento posterior a utilização do local como cemitério. .	85
Figura 16 - Evidenciação de dois esqueletos.	85
Figura 17 - Evidenciação de esqueletos com diferentes articulações dos membros superiores.	86
Figura 18 - Planta da Vila do Recife.....	87
Figura 19 - Planta da Vila do Recife. Aproximação da Praça de Santo Amaro.	88
Figura 20 - Mapa atual do Bairro de Santo Amaro. Em destaque o Cemitério dos Ingleses.	88

LISTA DE SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAPEH	Laboratório de Pesquisa Histórica UFPE.

SUMÁRIO

Dedicatória	
Agradecimentos	
Resumo	
Abstract	
Lista de figuras	
Lista de siglas	
Introdução	07
Capítulo 1 O episódio dos <i>Males</i> e as práticas da Intervenção pública	27
1.1 – Formação dos Bairros do Recife através dos documentos médicos da época.....	35
Capítulo 2 As medidas profiláticas e o Marquês de Montebelo	56
Capítulo 3 As consequências após Montebelo	74
Considerações Finais	90
Referências Bibliográficas	93
ANEXOS	100
Anexo 1 - Cartas que chegaram a Portugal, vindas de Pernambuco, referentes as epidemias que por lá se alastravam.	101
Anexo 2 - Plano da Vila do Recife de Pernambuco	103
Anexo 3 - Carta do Governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, sobre o falecimento do médico que havia na dita capitania.	104

Introdução

O interesse por este tema mostrou-se no início de minha graduação quando tive contato com os primeiros documentos dos Arquivos Ultramarinos. Lá constava uma carta que relatava uma terrível peste que estava dizimando o povoado do Recife em 1685. Alguns meses depois, quando estava participando de minha primeira escavação no bairro do Recife tive a oportunidade de presenciar uma prospecção realizada pelo Iphan, onde foram evidenciados vários crânios humanos na atual calçada da Igreja da Madre de Deus. Alguns anos depois, com a descoberta do Sítio arqueológico do Pilar, no mesmo bairro, comecei a conjecturar a possibilidade de compreender este período não apenas através das documentações e do que já havia sido escrito sobre, principalmente por Gilberto Osório de Andrade, um dos maiores estudiosos deste período histórico; mas também através dos vestígios arqueológicos, que poderiam a partir desta pesquisa delinear com mais clareza os territórios onde jazem os vitimados pelo surto epidêmico. Desta forma escolhemos o recorte temporal que foi indicado pelos documentos e relatórios de médicos da época que apontavam como sendo o período do início da contaminação, ou seja, 1685. Dali partiremos então até meados de 1700, por encontrarmos, ainda neste período, documentos relacionados aos desdobramentos relativos ao contágio na região do Recife. Conforme explicitado, o período estudado está entre o final do século XVII e o início do século XVIII na atual cidade do Recife que no referido período ainda era uma vila pertencente a Olinda.

Esta dissertação enquadrou-se na Linha de Pesquisa 1: Cultura, patrimônio e memória, que entre seus objetivos busca desenvolver temáticas de pesquisa relativas às expressões das práticas culturais, das disputas políticas, das sociedades e das tensões entre os diversos grupos sociais. Resgatando as práticas socioculturais de grupos sociais, localidades, cidades e organizações. Dessa forma a proposta desta pesquisa é também o resgate e o melhor entendimento histórico deste período tão importante e problemático que foi o fim do século XVII e início do XVIII para a ainda então vila do Recife.

Em fins do século XVII mais precisamente no ano de 1685, irrompeu em Pernambuco uma doença epidêmica que foi denominada por seus contemporâneos como *Males*. Este surto pestilencial que desolou em poucos anos a cidade do Recife, que era ainda uma vila, fez com que os governantes locais pedissem apoio a Coroa

portuguesa, o que deu origem a um dos primeiros movimentos de profilaxia urbana realizados dentro do Brasil colonial. O governador e capitão general de Pernambuco neste período era o Marquês de Montebelo que após ter sido curado da doença, pelo Doutor João Ferreira da Rosa que fora enviado para o Brasil a pedido do marquês após o envio de várias cartas afirmando que já não havia médicos nas cercanias que pudessem assistir aos doentes, deu início a um amplo movimento profilático baseado nas ideias do citado doutor que baseava-se nos parâmetros da medicina hipocrática, principalmente nas ideias de Galeno que foram amplamente utilizadas pelo Doutor João Ferreira da Rosa em sua obra *Trattado unico da constituição pestilencial de Pernambuco (1694)*. Para que possamos melhor compreender este episódio fatídico de nossa história se faz necessário compreender como os historiadores e as ciências históricas e humanas têm lidado com esta área de pesquisa, denominada por muitos pesquisadores como história da saúde ou história da medicina.

A história da medicina, de acordo com Benchimol (2003), esteve ligada a formação dos médicos até meados do século XIX, ou seja, era primordial que os atuantes desta área conhecessem as bases das ciências curativas. Mas além deste aspecto era necessário que os estudiosos e profissionais tivessem contato com a história de outros médicos, mas como afirma Benchimol:

Ainda não se fez, que eu saiba, uma análise consistente deste traço tão característico da profissão, o envolvimento dos médicos com sua própria história, especialmente a dos grandes vultos que inauguram, muitas vezes, dinastias familiares e cujos panegíricos servem ao enobrecimento de carreiras que não transcorrem apenas em consultórios, hospitais ou à cabeceira do leito dos doentes, mas também em academias, associações de classe e, com grande frequência, em agremiações partidárias, no legislativo e em pastas ministeriais. (BENCHIMOL, 2003. p. 107).

Jaime Benchimol relata que no período entre as grandes guerras mundiais, teve início, na Alemanha uma geração de médicos historiadores, segundo o autor, bem talentosa. Contemporânea da Revista dos Annales e de outros movimentos de renovação da História. Cita nomes como: Sudhoff, Henry E. Sigerst, Erwin H. Ackerknecht, George Rosen, etc. Esta nova geração buscava, assim como a geração do próprio Benchimol, o engajamento da história da medicina com outros aspectos

como a economia, a saúde pública, a sociologia, dentre outras, na busca de tentar reformar a medicina da época. Concordamos neste aspecto que para que haja uma reflexão maior sobre as práticas de qualquer ciência é necessário que se conheça o passado e os passos dados por outros dentro da distinta área. Apenas desta forma é possível aprimorar técnicas e mesmo não as perder para o tempo e a não continuidade de sua utilização.

A partir da década de 70 este movimento deu origem à chamada Nova História que fez ampliar ainda mais as abordagens e ferramentas conceituais. (BENCHIMOL, 2003. p. 109). Como exemplificado pelo autor:

As novas gerações de historiadores estudaram criticamente os mecanismos de controle implícitos nos discursos e nas instituições médicas, interessam-se pelos saberes e práticas alternativos à medicina acadêmica, ou originários de territórios subjugados tanto pelos impérios coloniais como pelas capitais do Terceiro Mundo. A crítica ao eurocentrismo traduziu-se em renovado interesse pela história de sistemas médicos que não se originaram da matriz greco-romana ou que não seguiram o curso da medicina europeia. (BENCHIMOL, 2003. p. 109)

Dessa forma a história da medicina passou a representar um conjunto amplo de histórias que envolvem a história dos doentes, das doenças, do corpo, da infância, etc. que, conforme com Jaime Benchimol, tornou mais suave as fronteiras entre a ciência da história e outras ciências humanas e naturais. (BENCHIMOL, 2003. p. 109). Este processo de aproximação entre a história e outras ciências humanas também se encontra no manifesto da *Nouvelle Histoire* contando com nomes como: Pierre Nora, Jacques Le Goff, entre outros. No Brasil este processo esteve mais relacionado aos institutos de biomedicina, de acordo com o citado autor, todavia é evidente que nas últimas décadas, como narra Benchimol, têm se fortalecido os esforços para quebrar o paradigma de que o Brasil tem sido apenas um receptáculo tardio das ideias e conceitos vindos sobretudo da Europa:

Os historiadores da medicina e de outras ciências têm envidado grandes esforços para mostrar a relatividade do conceito de atraso, para desfazer a noção anteriormente aceita de que a ciência e, em geral, a cultura brasileira foram pálidos simulacros ou passivos

recipientes da ciência e cultura europeia e, depois norte-americana. Esse esforço visa demonstrar não apenas a criatividade implícita na adaptação aos contextos locais dos saberes, instituições e discursos produzidos nas formações sociais hegemônicas, como também demonstrar que os intelectuais emigrados ou nativos e as instituições por eles criadas foram componentes importantes de redes mais vastas, e como tal co-participantes do desbravamento de vários campos do conhecimento. (BENCHIMOL, 2003. p. 110).

Assim observamos a maneira como o doutor João Ferreira da Rosa buscou apropriar-se do conhecimento dos nativos deste país, este já utilizado sobretudo pelos jesuítas e por várias boticas. Isto no que diz respeito a produção de novos conhecimentos a nível nacional e regional. Da mesma forma que vários autores consultados para a construção desta dissertação que, de maneira semelhante buscam a quebra deste paradigma mantido por bastante tempo de o Brasil ser mais um compilador e adaptador de teorias e conhecimentos do que um produtor de intelectos distintos e adaptados as realidades de nossa produção histórico-cultural.

Nos apropriamos então da concepção de Jaime Benchimol quando ele afirma que a história é fundamental para a área da saúde e administração pública, como citado a seguir:

[...] a história é uma atividade indispensável para a saúde pública porque pode ajudar-lhe a compreender a origem e evolução dos problemas que enfrenta e a complexidade dos processos de negociação, ruptura e confronto que se produziram no passado na área da saúde. A história pode dar aos profissionais dessa área uma perspectiva social de larga duração, que transcenda tanto a forma biomédica tradicional como as interpretações apriorísticas, imediatistas ou economicistas da prática médica e dos desafios sanitários de nosso tempo. (BENCHIMOL, 2003. p. 111-112).

Para dar início a qualquer tipo de pesquisa ou pergunta, primeiro precisamos definir a partir de quais conceitos partiremos e quais as melhores ferramentas para o estudo de um dado objeto. Para tal intento são necessárias reflexões sobre o objeto

a ser estudado e sob qual ângulo metodológico o analisaremos. Nesta dissertação buscamos primeiramente compreender a visão dos autores em seu lugar de discurso, partindo dos princípios postulados por alguns teóricos da Historiografia mundial e perpassando os discursos dos autores e pesquisadores que embasaram esta dissertação.

Além deste aspecto economicista e metodológico que a história pode proporcionar aos estudiosos, há também, como o próprio Jaime explicita, o “entendimento das realidades ainda pouco estudadas como as interações entre as questões sanitárias e os processos sociais, culturais, econômicos e políticos.” (BENCHIMOL, 2003. p. 112). O autor cita por exemplo as mudanças e relações de continuidades em padrões tanto de comportamento quanto de mentalidades e condições de vida de uma dada população que podem suscitar uma análise mais detalhada de como determinem ou influenciem ações ou políticas públicas de instituições médicas e sanitárias. (BENCHIMOL, 2003. p. 112).

Na mesma linha de cientistas e médicos que pesquisaram e produziram sobre a história da medicina citaremos Lycurgo Santos Filho. Formado em Medicina dedicou-se aos estudos históricos, especializando-se em história da medicina. Dentre numerosas obras do autor acerca deste tema, destacamos *Pequena História da Medicina Brasileira* e *História Geral da Medicina Brasileira Vol. 1*.

Na *História Geral da Medicina Brasileira*, Lycurgo procura expor, de forma bastante documentada, a Medicina no Brasil, do século XVI aos dias atuais. O autor principia demonstrando as principais fontes da História da Medicina Brasileira, perpassando os conhecimentos indígenas e jesuítas, utilizados no Brasil colonial, até a chegada dos físicos e cirurgiões, além da construção de um panorama geral da existência dos feiticeiros, da constituição das bouticas, etc. Na apropriação de tantos conhecimentos que chegaram a esta parte das Américas o autor assim adverte:

[...] Mas advirta-se que, embora provindo da europeia e com ela forçosamente confundida, a Arte médica-cirúrgica experimentou o toque da terra, do ambiente, sofrendo as deficiências dos agentes incultos que a veicularam, tornando-se, por sinal, má expressão da ciência contemporânea, pois mal conhecida e mal praticada, achando-se, ademais, preñe de abusões e superstições. E mesmo a sua crônica quase que mostraria, em muitos aspectos e sob o ponto de

vista científico, aquilo que em verdade não se deveria ser praticado. (SANTOS F. p. 3, 1977).

No decorrer da obra o autor realiza uma análise detalhada das medicinas praticadas nesta terra, como por exemplo, a medicina indígena, a jesuítica, a negra, a do Brasil holandês, a ibérica; assim como uma rica apresentação das patologias, das questões hospitalares e sanitárias, do ensino da medicina e das diversas práticas e usos.

Em seu livro *Pequena História da Medicina Brasileira*, Lycurgo faz uma explanação da História da Medicina no Brasil, focando-se exclusivamente na Medicina e no que ela apresenta de essencial. Apresentando-se este como um guia prático para os estudantes de medicina com relação a história, mas sobretudo das práticas empregadas no Brasil desde o seu descobrimento. (SANTOS F. 1966).

Da mesma maneira em que procedeu em seus dois livros sobre a História da Medicina Brasileira, o autor separa metodicamente o conteúdo em ordem de cronologia e de utilização dos parâmetros científicos adotados por seus usuários durante quatro séculos e meio de história como afirma o próprio autor. (SANTOS F. 1977).

O que nos interessa salientar com estas breves citações é o caráter científico abordado pelos autores até aqui apresentados. A forma como a medicina apropriando-se dos saberes e metodologias empregadas pela história e seu *modus operante* enquanto ciência da compreensão do homem e suas relações com o tempo e espaço, para assim construir um exame mais preciso sobre como os saberes vindos da Europa e os próprios dos nativos, sem mencionar os trazidos pelos africanos e outros povos da América e outras partes do mundo, se relacionavam e acabaram por criar novas maneiras de se compreender e tratar doenças das mais variadas procedências, tanto dos trópicos como as do velho mundo. O que por vezes foi apresentado por estes autores como algo distante do produzir científico, como apresentado na citação acima onde Lycurgo Santos adverte sobre tendo sido estas experimentações “uma má expressão da ciência contemporânea”. (SANTOS F. p.3, 1977).

No livro *Medicina no Brasil Colonial* escrito por Lourival Ribeiro pesquisador da medicina colonial, formado em Medicina pela Faculdade Fluminense em 1934,

encontramos uma pesquisa médica sobre as doenças comuns do período colonial, uma pesquisa sobre os hospitais existentes, dos médicos que para cá vieram, em destaque os que vieram com Tomé de Sousa, Duarte da Costa e Mem de Sá. Além dos principais médicos, de acordo com o autor, dos séculos XVI, XVII e XVIII. Além disso o autor buscou organizar os principais remédios utilizados e um mapa das plantas brasileiras utilizadas, suas virtudes e onde florescem. Para tal o autor utilizou-se dos ofícios deixados por vários médicos e cirurgiões.

Este trabalho de Lourival buscou resumir o progresso médico em nosso país, e para tal recorreu, o mesmo, a documentações originais que encontrou citadas nas leituras que realizou. Utilizou-se também de manuscritos, assim como de receitas jesuíticas de boticas, de acordo com o autor por serem pouco conhecidas. (RIBEIRO, p.11, 1971). Assim como outros cientistas e médicos já citados até então, um dos principais objetivos de Lourival era manter viva a memória de médicos que em suas pesquisas acerca das doenças aqui existentes lutaram na esperança de encontrar a cura em um processo que levou ao crescimento e engrandecimento do Brasil.

As obras de historiadores e memorialistas relacionadas com as práticas da medicina no Brasil Colonial como exemplos para embasar esta pesquisa, da mesma maneira que citaremos os autores que serão fundamentadores deste estudo. Também citaremos os trabalhos já realizados a respeito do tema desta dissertação.

A autora Vera Regina Beltrão Marques é doutora em História Social e em seu livro *Natureza em Boiões: Medicinas e boticários no Brasil setecentista*, realiza uma análise sobre as práticas curativas utilizadas no Brasil, especialmente a respeito das plantas utilizadas e do ofício dos boticários brasílicos. A autora traz uma bela amostragem dos remédios antigos e suas aplicações surgidas a partir de uma reestruturação do aparelho científico conceitual dos boticários que aqui no Brasil, apropriando-se do conhecimento acerca das plantas americanas alcançou os meios para a cura de doenças. (MARQUES, p.23, 1999).

Vera Marques utilizou como principal fonte formadora de seu trabalho os manuscritos da Academia de Ciências de Lisboa, a partir do qual a autora pôde correlacionar a natureza brasílica com o conjunto de plantas medicinais existentes no império português. Para então construir o horizonte das relações sociais e científicas que se construíram dentro das boticas. (MARQUES, p.31-32, 1999).

Na obra *A Ciência dos Trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*, escrita por Márcia Moisés Ribeiro, que é doutora em história pela USP, encontramos uma pungente pesquisa sobre as mentalidades e o imaginário relativos as práticas de curar no Brasil setecentista. Onde ela busca compreender como se conciliavam ciência e maravilhoso no cotidiano do Brasil colonial. A autora analisa as relações entre a crenças indígenas e a construção ibérica do Brasil como paraíso terreal, juntamente com os conhecimentos e crenças vindos da África. E por meio desta análise ela busca reconstituir o universo sociocultural cheio de hábitos e crenças que, se mesclando a ciência médica, formavam o conhecimento no citado período. (RIBEIRO, p. 21-23. 1997).

No volume *Artes e ofícios de Curar no Brasil*, organizado por Sidney Chalhoub *et al.* encontramos vários trabalhos sobre as ciências e teorias médicas. Apresentados por historiadores de diversas áreas como análises literárias, história da loucura, análise de periódicos, estudos sobre a febre amarela, a magia e as práticas de curar, as artes de curar indígenas e jesuíticas, etc. Embora vários dos trabalhos sejam referentes ao século XIX e XX, vale ressaltar a importância destas pesquisas no âmbito historiográfico, visto que realizam um trabalho de resgate exemplar de períodos históricos do Brasil e ampliam o olhar metodológico e científico da História enquanto Ciência.

Destacaremos deste volume os artigos: 10- *Dos Males e suas Curas: práticas médicas nas campinas oitocentistas*. Escrito por Regina Xavier, e o 11- *As Artes de Curar no Tempo da Cólera, Recife, 1856*. Escrito por Ariosvaldo da Silva Diniz.

Regina Xavier trata das relações entre a população de Campinas e suas relações com médicos, homeopatas e curandeiros. Ela pesquisa sobre as percepções da população acerca da eficácia ou não das práticas; de como os conhecimentos científicos ainda encontravam barreiras perante a própria população e suas escolhas perante as doenças e seus processos curativos. Para tal a autora escolheu analisar publicações em periódicos da época, em especial o jornal *Opinião Liberal*, onde os médicos da época eram tratados com sarcasmo. (XAVIER, p. 331-332, 2003).

Ariosvaldo Diniz trata da epidemia da cólera que atingiu o Nordeste em 1856. Nesta pesquisa o autor explora a história de um negro que realizava curas instantâneas nos doentes e em contrapartida a pressão dos médicos em desmascarar

o charlatão. Assim Diniz desenvolve o seu trabalho tratando das teorias e medidas profiláticas trazidas da Europa sendo aplicadas na região para coibir e erradicar as práticas místicas que ainda estavam associadas pela população a cura de doenças e epidemias. (DINIZ, p.355-358, 2003).

Na obra *Danação da Norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*, organizada por Roberto Machado, Angela Loureiro, Rogerio Luz e Katia Muricy, é apresentada uma rica análise sobre as formas e caminhos encontrados pelos governantes no objetivo da legalização de práticas de curar e de prevenir o contágio e proliferação de várias doenças nos perímetros urbanos, pautando-se nas características do capitalismo, refletindo os saberes médicos em sua prática social. Para tal, os autores buscaram relacionar o saber da sociedade e as técnicas de atuação do Estado como meio de controle das instituições e dos indivíduos. Sendo assim se havia necessidade de médicos, boticas, etc. eram os governantes que haviam de requerer e organizar todas as estruturas para que se fosse possível o atendimento da população. É sobre este viés que se desenvolve a pesquisa de Roberto et al.

Os autores recorreram a densa documentação historiográfica que incluem as Ordenações Filipinas, Cartas do Arquivo Ultramarino, Atas de Câmaras municipais, etc. (MACHADO, p.50, 1978).

Diehl Astor, em sua obra *A Cultura Historiográfica Brasileira*, considera a maneira que as mudanças nas expectativas sociais mudam e orientam os caminhos interpretativos construtores da História. O principal problema apontado pelo autor é como passou a existir uma lacuna tanto com o que diz respeito a reconstrução do passado, como com as possíveis percepções de um futuro. Isto, de acordo com o autor, devido à falta de condições teórico-metodológicas. As mudanças da modernidade levaram a alterações nos “sentidos e significados do conhecimento histórico”.

Como o autor afirma:

Parece-me que o passado dos feitos gloriosos e positivados através das concepções vindas desde o esclarecimento já não mais consegue iluminar os trilhos por onde a locomotiva da História com sua carga

preciosa e esclarecedora trazida do passado pudesse passar rumo ao futuro.¹

Consoante, Diehl Astor considera que as novas expectativas sociais levaram a uma modificação do que até então validava as sínteses gerais de reconstrução do passado que passaram então a fragmentar-se na busca do que se entendeu por juízos e pessoas concretas, o que levou a produção historiográfica aos ramos da Micro-história, da Antropologia e da Pós-modernidade. Ainda segundo o autor este processo levou a um retorno de uma história cultural restrita ao espaço tradicional para que assim sustentasse ideias políticas e ideologias diversas.

A produção historiográfica sobre o referido tema tem tido até então uma abordagem pautada nos relatos e estudos do médico português João Ferreira da Rosa que em sua obra *Trattado unico da constituçam pestilencial de Pernambuco (1694)* procurou investigar as causas e a natureza da doença que assolou a vila do Recife. Baseando-se na medicina filosófica, que busca interpretar as causas dos problemas através das relações de desequilíbrio com a natureza externa, Rosa levantou hipóteses relacionadas à natureza corrompida do ar e das águas e mesmo dos movimentos e fenômenos astrológicos. Uma das maiores contribuições da obra deste médico a este trabalho de pesquisa é o conhecimento sobre as práticas de cura e prevenção utilizadas na época contra uma doença que mal se sabia o que era e qual a sua origem.

O autor Carlos Miranda (2011), em sua obra *A arte de curar nos tempos da colônia. Limites e espaços da cura*. Nos esclarece como a medicina grega foi largamente utilizada durante o período colonial. Segundo o autor, desde a chegada dos jesuítas no século XVI com os conceitos hipocráticos do equilíbrio do organismo com a natureza como o próprio exemplifica as obras de Pólibo *Da natureza do homem* e também *Ares, água e lugares*. Que foram retomados por Galeno que foi amplamente utilizado e citado pelo Dr. João Ferreira da Rosa. (MIRANDA, p. 28, 2011). Desta forma sua obra respalda a análise do ponto de vista do Dr. João Ferreira da Rosa, autor do primeiro estudo sobre os Males no século XVII em seu enfoque sobre as práticas de curar pautadas nos conceitos postulados em sua época, principalmente

¹ DIEHL, In: Ideias de futuro no passado e cultura historiográfica da mudança
Future ideas in the past and historiographical culture of change. Resumo.

na Península Ibérica e que sobreviveram até meados do século XX, de acordo com o mesmo autor.

Vanildo Bezerra Cavalcanti em sua obra *O Recife e a Origem de seus Bairros Centrais* (1978) nos traz um levantamento detalhado sobre o surgimento e as condições de infraestrutura dos bairros que compunham o Recife entre os séculos XVII e XIX. Com uma visão mais clara sobre a disposição e utilização dos imóveis e das áreas, tanto habitadas quanto suas cercanias, do Recife é possível estabelecer um vínculo entre a obra deste autor e de outros citados neste projeto, como o trabalho do autor Veloso Costa: *Alguns Aspectos Históricos e Médicos do Recife* (1971) que fez uma riquíssima pesquisa sobre as doenças e as condições de higiene, e da falta dela, no Recife dos séculos XVI ao XIX, sendo esta obra uma ferramenta valiosa como estruturadora da metodologia de pesquisa aplicável a esta dissertação que poderá gerar como fruto um possível levantamento de hipóteses sobre a proliferação dos *Males* e as áreas mais afetadas pela doença, além de poder tornar mais clara e rica a História do Recife no fim do século XVII e início do XVIII.

O memorialista Leduar de Assis Rocha em sua obra *Efemeridades Médicas Pernambucanas séculos XVI, XVII e XVIII*. (1956) organiza cronologicamente os principais fatos, acontecimentos e personalidades que foram, de acordo com sua perspectiva, importantes na construção de nossa História e Identidade. Embora sendo memorialista e em alguns casos falte o rigor historiográfico em suas citações, sua obra é de suma importância para ponto de partida em busca de documentos e mesmo relatos que estão em grande dificuldade de serem encontrados, devido ao tempo em que foram feitos e a dificuldade de se encontrarem cópias destes documentos; como por exemplo os documentos do Oratório de São Filipe Néri (atual Igreja da Madre de Deus) que foram perdidos com o incêndio da década de 1970.

Gilberto Osório de Andrade em seu artigo *Origem da Febre Amarela Urbana na América do Sul* (1976) faz um cruzamento entre as informações trazidas por Rosa que informou suspeitar ter a doença sido proveniente das colônias africanas; e de outros médicos e pesquisadores como Sebastião da Rocha Pitta que também atribuía as terras africanas a origem da peste. Todavia o rumo que a pesquisa de Andrade toma tem mais relevância enquanto análise de uma possível imunidade natural dos indígenas e dos africanos, ora interpretada como um castigo divino aos europeus por terem induzido tantas mortes com as doenças trazidas da Europa, como interpretou

Pitta, ora com a possibilidade da existência de uma variedade da febre amarela que seria oriunda das florestas tropicais da América Central e Sul como postulou Plácido Barbosa em seu artigo *Pequena história da Febre Amarela no Brasil (1929)*, no qual busca interpretar através dos relatos de viagens e também de trechos da obra do Dr. Ferreira da Rosa, a relação entre os sintomas da epidemia dos Males em Pernambuco e os sintomas apresentados pelos pacientes vitimados pelas chamadas “bichas” (pestilência que acometeu principalmente o estado da Bahia).

Gilberto Osório é o autor que embasa toda esta pesquisa de forma que dentro as suas obras, a de maior contribuição é *Montebelo, os Males e os Mascates*. Nesta obra encontra-se uma detalhada análise do trabalho de Dr. João Ferreira da Rosa junto ao governante da Vila do Recife, o Marques de Montebelo. A partir da análise das práticas adotadas pelo governador, especificamente no que se refere as práticas de sepultamento, construiremos o segundo capítulo desta dissertação.

Além deste utilizaremos também da obra *Morão, Rosa e Pimenta: notícias dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*. Um estudo crítico realizado por Gilberto Osório de Andrade com introduções e interpretações de Eustáquio Duarte. Esta obra também valiosíssima para esta dissertação pois contém na íntegra o livro *Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco* de autoria do Dr. João Ferreira da Rosa.

Bruno Martins Boto Leite em seu artigo *Teoria da peste e regulação da profissão médica no Trattado unico da constituicam pestilencial de Pernambuco (1694) de João Ferreira da Rosa*. (2011). Busca na obra de Ferreira da Rosa evidenciar a importância do pensamento filosófico na medicina fazendo um contraponto com o médico cirurgião contemporâneo de Rosa, Antônio Brebon que ao realizar uma autópsia em um dos cadáveres vitimados pela peste pressupôs que a causa da doença derivava de vermes que foram encontrados no estômago da vítima. Mas, como afirmava Rosa, uma doença complexa como a peste deveria ter causas e, portanto, remédios complexos, não sendo possível curá-la a base de vermífugos e purgantes.

Há também as abordagens sobre os métodos curativos utilizados na época da peste, sobretudo as plantas medicinais, como exemplificam as pesquisas de José Cúcio Frada em seu artigo *História, Medicinas e descobrimentos portugueses*.(1989)

e do biólogo Argus Vasconcelos de Oliveira que também apoiados na obra de Ferreira da Rosa em seu artigo *Plantas medicinais brasileiras usadas pelo Dr. João Ferreira da Rosa na “Constituição Pestilencial de Pernambuco” no final do século XVII.* (2008) Nele os autores fazem um levantamento das principais espécies vegetais utilizadas no tratamento e na prevenção da proliferação da peste. Na época não se era ainda conhecida a doença em questão como sendo a febre amarela, muito menos que era transmitida por algumas espécies de pernilongos, mas como se acreditava que a doença devia-se a perturbação da qualidade do ar, muitas ervas eram usadas em defumadores caseiros e mesmo públicos para restabelecer as boas qualidades do ar, além dos chás e infusões utilizados em grande quantidade, embora Rosa reclamasse que os brasileiros não sabiam aproveitar a grande variedade de ervas existentes na província preferindo muitas vezes importar da Europa em quantidades pequenas e não tão efetivas devido ao seu estado de conservação.

Kalina Vanderlei Silva em seu artigo *A peste e a morte no imaginário açucareiro colonial: a tela de Ação de Graças aos Santos Cosme e Damião pela proteção da Vila de Igarassu contra a peste em 1685* (2012) pesquisa sobre o período pestilencial de Pernambuco e trata dos aspectos religiosos envolvidos na questão ao estudar sobre os exvotos produzidos em Igarassu em devoção e agradecimento aos Santos Cosme e Damião por terem livrado a cidade da peste. Em sua pesquisa analisou a iconografia produzida na época posterior aos *Males*, sendo assim um indicativo do que ficou enquanto marca cultural e religiosa nas crenças populares e na vida cotidiana da população em sua relação com as ideias de doença e morte. O pensamento religioso tridentino que dominou a colônia neste período via na intervenção dos santos a chance de livrar-se da ameaça da doença e também de alcançar o perdão divino. Na mesma linha de pesquisa Erygton Sales Souza em seu artigo *Entre vênias e velas: disputa política e construção da memória do padroeiro de Salvador (1686-1760)*. (2010), trata da devoção oferecida ao padroeiro de Salvador, São Francisco Xavier, e sua intervenção da cura das bexigas, pestilência que assolou a Bahia no período colonial. Mais um referencial para a construção de um perfil plausível das práticas populares no durante e após a pestilência.

Para compreender o local desta pesquisa em meio ao que já foi produzido, realizamos um levantamento online através do google acadêmico² onde entre artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, monografias e trabalhos de conclusão (TCC) obtiveram-se 5.200 resultados, dos quais citarei aqui os que foram considerados mais relevantes e estavam relacionados a este trabalho de dissertação.

Dentre os trabalhos citados, a maior parte pertence as ciências arqueológicas por exemplo: *Patrimônio Funerário do Cemitério Histórico de Santo Amaro, no Recife: estado de conservação dos primeiros túmulos*. Escrito por Giseli Santana da Costa e Viviane Maria Cavalcanti de Castro. Este trabalho buscou analisar o estado de conservação e a integridade dos túmulos no Cemitério de Santo Amaro. Apesar de não estar relacionado diretamente ao tema desta dissertação, este trabalho versa sobre práticas de sepultamento em um Sítio arqueológico histórico.

Do mesmo modo sobre preservação temos o presente artigo: *Preservação do Patrimônio Arqueológico do Pilar*. Escrito por Pollyana Calado de Freitas. Este artigo discute propostas de preservação do patrimônio arqueológico do Sítio do Pilar.

Na dissertação de mestrado: *Cemitérios públicos em Pernambuco: uma análise da política pública de secularização dos sepultamentos em Pernambuco na primeira república*. Escrito por Pedro Falk, Ezequiel David do Amaral, Sylvana Brandão e Renan Vilas Boas. Neste trabalho os autores buscaram analisar a política pública de secularização dos cemitérios após a promulgação da República, em 1899. Assim relacionam gestão pública, História, Antropologia e Sociologia.

O artigo *Germinal: morte e sepultamento de pretos novos no Rio de Janeiro do século XIX*, escrito por Júlio César de Medeiros, examina a morte e o sepultamento de escravos recém-chegados no Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX, no cemitério da região do Valongo, parte noroeste da Corte do Rio de Janeiro. A pesquisa mostrou como as covas onde os escravos eram lançados eram rasas demais e sem nenhum aparato religioso.

No artigo escrito por Bianca Cruz dos Anjos, *Tratado Único da Constituição Pestilencial em Pernambuco: primeira descrição dos “males” por João Ferreira da*

² Pesquisa realizada no site www.googleacademico.com na data de 08 de maio de 2018 as 9:00 horas. Com o objeto: práticas de sepultamento em sítios arqueológicos históricos e também com os objetos: surto pestilencial de 1685, Males, Recife 1685.

Rosa no século XVII. Neste artigo a autora busca examinar a relação entre doença e cotidiano nas últimas décadas do século XVII em Pernambuco, principalmente no que diz respeito à limpeza das ruas.

Marily Simões Ribeiro, escreveu: *Arqueologia das Práticas Mortuárias: uma abordagem historiográfica*. Nesta dissertação a autora buscou evidenciar o quão a-histórica é a Arqueologia e apresentou condições gerais de análise arqueológica através de uma perspectiva histórica de metodologia.

Em *Bioarqueologia e Antropologia Forense*, escrita por Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza, a autora explora como novas técnicas compartilhadas entre a bioarqueologia e a arqueologia funerária têm contribuído para o conhecimento dos povos do passado pré-histórico e histórico na reconstituição de seus aspectos biológicos e suas práticas funerárias.

No trabalho *A memória e o lugar dos mortos: turismo de necrópole no extremo sul do Brasil*, escrito por Daniel Luciano Gevehr e Larissa Bitar Duarte, analisaram-se as evidências da produção de memória, da identidade e da arte tumular do Cemitério das Irmandades de Jaguarão (RS).

Na dissertação *Do Sagrado ao Secular: a contribuição do saber médico para a construção dos cemitérios oitocentistas*, escrita por Caroline Rodrigues, analisa-se como os novos médicos preocuparam-se com os problemas urbanos, em especial com os sepultamentos, que até então eram realizados no interior das igrejas. Tais atos eram entendidos pelos médicos como um problema de saúde pública, tornando-se assim parte de seus estudos. Assim buscou-se compreender a recepção do discurso médico e as alterações que se conseguiu realizar nas vigentes formas de sepultar.

Em *Práticas mortuárias no cemitério do Polo Pilar, Bairro do Recife*, dissertação escrita por Jouldes Matos Duarte, onde o autor buscou com o auxílio da Bioarqueologia compreender os motivos da existência destes sepultamentos em região externa as comuns praticadas pela população local. Um dos indícios é que tratavam-se de pessoas de religião não católica do período da ocupação dos holandeses no Recife.

Também no artigo *Em busca dos mortos do passado: caracterização funerária do Cemitério do Pilar-PE*, Izabela Pereira de Lima buscou entender as atitudes e

significados sociais a partir do sistema de práticas funerárias utilizadas neste cemitério. Para o resgate da cultura material que pudesse dar sentido e significado aso rituais de uma determinada época.

No relatório *Evidências de um cemitério de época colonial no Pílas, Bairro do Recife-PE*, escrito por Anne-Marie Pessis; Ana Catarina Peregrino Torres Ramos; Antônio de Moura Pereira Filho; Gabriela Martin; Ilca Pacheco da Costa; Manuela Xavier Gomes de Matos; Sérgio Francisco Serafim Monteiro da Silva; Socorro Ferraz. O relatório versa sobre o acompanhamento e pesquisa arqueológica na área do Pilar buscando-se completar o conhecimento sobre esse importante achado arqueológico.

A dissertação *Morte, Cemitérios e Jazigos: um estudo do cemitério municipal de Joinville/SC*, escrito por Graciela Márcia Fochi, aborda as concepções de morte e as disposições dos cemitérios ambos numa perspectiva histórica, na tentativa de perceber a inserção do cemitério nas manifestações sociais, religiosas, culturais e artísticas no seu interior.

No trabalho escrito por Hellen Souza de Oliveira *Um estudo Bioarqueológico: a contribuição dos métodos da antropologia forense e sua análise em indivíduos com diferentes temporalidades – população histórica e pré-histórica*, a autora busca aliar a aplicação dos métodos da Antropologia Forense e da Arqueologia para a obtenção de informações pessoais e mesmo de indícios de patologias e causa-mortem dos indivíduos. Além disso avaliar as manifestações culturais no contexto sepulcral.

Na pesquisa *Ossos Humanos encontrados na Igreja de São Cristóvão/SE – Estudo Bioarqueológico*, a autora Leovânia Santos Sales analisou o contexto e apresentou as informações coletadas do material arqueológico de remanescentes esqueléticos humanos provenientes de uma escavação próxima à Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória, em São Cristóvão/SE.

No artigo *Além dos mortos da Cruz do Patrão – simbolismo e tradição no uso do espaço no Recife*, escrito pela Prof.^a. Dr.^a. Ana Catarina Torres Ramos, busca-se o resgate histórico do monumento e sua dimensão histórica e simbólica dentro do universo da cultura afro-brasileira.

No trabalho *Rituais Funerários: memória de uma sociedade*, escrito por Rebeca Jade dos Santos, estudou-se as formas de enterramento como um espelho, memória

da sociedade que os realizaram. Investigou-se os motivos da escolha dos locais de enterramento e os elementos ritualísticos envolvidos nos sepultamentos.

Em *Arqueologia Funerária no Cemitério de Santo Amaro, Recife, PE: Jazigos e signos da Elite Recifense na Segunda Metade do Século XIX*, escrito por Filipe Diêgo Cintra Machado e Viviane Maria Cavalcanti de Castro, estudou-se os jazigos do cemitério de Santo Amaro com o objetivo de identificar e compreender que grupos socioeconômicos estão representados no cemitério.

No trabalho *Arqueologia da doença no cemitério histórico do Pilar- PE*, onde a autora Ilana Elisa Chaves Silva buscou identificar quais foram os surtos epidêmicos que acometeram aqueles que lá estavam sepultados. O estudo buscou analisar as principais epidemias que ocorreram no Recife entre 1630-1654.

Na tese de doutorado escrita por Teresa Cristina de Souza Mendonça *Nuances da vida e da morte no cotidiano da cidade de Salvador da Bahia Seiscentista: a busca de evidências em um estudo paleobiológico*, teve como objetivo tirar o máximo de informações sobre a vida e a morte dos indivíduos inumados no espaço cemiterial da Antiga Igreja da Sé, em Salvador, na Bahia.

Esta dissertação se mostra relevante para a construção e ampliação dos conhecimentos acerca das medidas profiláticas públicas realizadas em fins do século XVII e início do século XVIII, em específico na localidade do Recife. Por meio desta pesquisa tem-se em vista compreender as políticas públicas de saúde e saneamento adotadas no referido período e principalmente resgatar aspectos de como a população lidava com as questões relativas as localidades e as formas de sepultamento adotadas pelos governadores em exercício durante este período de 1685 a 1696 em associação com o Dr. João Ferreira da Rosa, que buscavam sanar um dos problema referentes ao contágio da doença, no caso, o da corrupção do ar através dos cadáveres mal sepultados ou insepultos. Associaremos os elementos historiográficos aos elementos arqueológicos para a reconstituição deste episódio da História pernambucana através da comparação entre os fatos históricos, resgatados através de documentações dos arquivos ultramarinos e também de algumas cartas régias e citações feitas por autores como Gilberto Osório de Andrade, Pereira da Costa e do Dr. João Ferreira da Rosa; e os estudos e pesquisas arqueológicos referentes a cemitérios e práticas de sepultamento em sítios arqueológicos históricos encontrados

na cidade do Recife, a citar o Sítio Arqueológico da Igreja da Madre de Deus (Projeto Monumenta) e o Sítio Arqueológico do Pilar . A larga parte deste material arqueológico encontra-se em trabalhos dissertativos, monográficos e em relatórios de escavações já citados neste trabalho. Este é o nosso principal objetivo nesta dissertação. Que resume-se em tratar o corpo factual histórico transformando-o em uma ferramenta capaz de corroborar ou invalidar com mais rapidez as teorias que são postuladas durante as pesquisas arqueológicas, principalmente em Sítios Arqueológicos históricos onde a falta do aparato histórico pode levar a anacronismos e enganos sobre fatos históricos e localizações geográficas que a História pode elucidar através da comprovação documental, auxiliando e ao mesmo tempo sendo amparada pelas provas trazidas pela arqueologia que podem estar atreladas a artefatos encontrados e as características encontradas nos sepultamentos que podem revelar traços importantes de sua práxis, como por exemplo, a profundidade da cova, que pode estar relacionada as práticas adotadas no período do surto epidêmico de 1685, a restos de fogueiras encontrados na localidade da sepultura, o que pode relacionar-se as práticas adotadas no mesmo período de acender fogueiras sobre as covas por pelo menos três dias após o sepultamento, etc.

Este processo comparativo nos levará a compreender com mais detalhes as práticas de sepultamento e seus motivos históricos corroborados pelos dados levantados nas prospecções arqueológicas, sendo assim portanto nossos objetivos específicos alcançados, que são: a compreensão dos fatos históricos, comprovados pelas pesquisas e artefatos arqueológicos nos cemitérios e Sítios Arqueológicos históricos do Recife, correlatos ao período do surto epidemiológico de 1685 no Recife, conhecido por seus contemporâneos como *Males*.

As fontes escritas, e as arqueológicas serão as ferramentas para a escrita e interpretação da História das epidemias em Pernambuco do século XVII nesta dissertação. A partir delas tornar-se-á possível compreender quais foram as principais práticas de higienização e de combate ao surto epidêmico que acabaram por modificar costumes e a própria estruturação funcional do Recife. Consoante a este propósito esta pesquisa busca organizar este conhecimento desenvolvido durante o período colonial pernambucano e demonstrar que tendo, os agentes chave estudados aqui, revolucionado as práticas da intervenção pública para a época, acreditamos que seja esta uma etapa de nossa história merecedora de enorme respeito e que portanto

necessita ser conhecida pelas novas gerações, como destacou Gilberto Osório de Andrade que, em meados da década de 1950-60, elaborou frutuosa pesquisa sobre as reformas profiláticas ocorridas no Recife durante o século XVII, assim como sobre as obras de medicina escritas na mesma época, que por séculos permaneceram praticamente incógnitas para a maioria da população pernambucana.

Para uma melhor compreensão do tema aqui apresentado, esta dissertação está dividida em três capítulos, além da introdução e das considerações gerais. Na **Introdução** apresentamos um histórico da nossa pesquisa, bem como uma análise da historiografia médica e de diferentes pesquisas realizadas referentes a temática. No primeiro capítulo intitulado “**O episódio dos Males e as práticas da intervenção pública**” apresentamos uma descrição geral do que foi o surto epidêmico dos *Males* e das condições estruturais apontadas pelo Dr. João Ferreira da Rosa como causadoras da manutenção e proliferação da doença na região e suas cercanias. No segundo capítulo “**As medidas profiláticas e o Marquês de Montebelo**”, apontamos as principais medidas adotadas pelo governador Marquês de Montebelo com o auxílio do doutor João Ferreira da Rosa na Vila do Recife, observamos as descrições dos autores de como eram realizados os sepultamentos e como tais práticas passaram a ser uma norma pública no referido período, ressaltando os problemas enfrentados para que tais práticas fossem cumpridas de forma adequada. No terceiro capítulo sob o título “**As consequências após Montebelo**”, analisamos e confrontamos o material arqueológico selecionado com os dados históricos apresentados durante a pesquisa, propondo assim, um paralelo entre as fontes históricas e as fontes arqueológicas.

Como **Considerações finais** ressaltamos a importância da interlocução dos dados arqueológicos para o entendimento dos acontecimentos históricos apontados nesta pesquisa e a importante contribuição para Arqueologia Histórica, no resgate mais eficiente da história pernambucana tendo em vista a instrumentalização da História para uma melhor utilização como aparato à Arqueologia histórica, além da valorização e expansão da História da Saúde em Pernambuco. A organização e a disponibilização dos fatos ocorridos devido a esta doença, as personalidades que estiveram envolvidas nesse processo histórico, como os médicos, e a própria população recifense; e como o conhecimento sobre as práticas de sepultamento estudadas no Recife no século XVII apontadas neste trabalho podem incentivar novas

pesquisas e valorizar o papel dos documentos arqueológicos em sítios históricos e dos trabalhos e pesquisas realizados por historiadores e médicos em nosso estado.

Capítulo 1

O episódio dos *Males* e as práticas da intervenção pública

Acreditando que fatos anteriores a incidência da epidemia de 1685 tenham relação com as precárias condições de saúde em que já se encontravam os residentes do Recife no período do surto, resolvemos citar, neste capítulo, alguns fatos reunidos pelo memorialista Leduar de Assis Rocha para complementar o quadro apresentado nesta pesquisa. De acordo com Rocha (1956), antes de 1685 várias outras epidemias assolaram a região. Apenas em caráter ilustrativo da situação que a Região Nordeste enfrentava, em especial a Região Metropolitana do atual Recife, citaremos aqui algumas das epidemias, registradas durante o século XVII, que precederam a epidemia dos *Males*. Segundo Leduar de Assis Rocha, em 1641 “uma grande epidemia de bexigas irrompeu na capitania, causando imensa mortandade, sobretudo entre os índios, que tiveram aldeias inteiras devastadas. (ROCHA, 1956. p.311). O mesmo autor descreve outros momentos trágicos, como por exemplo, uma epidemia contagiosa que tivera início em 1645 a partir da Paraíba, como explica o autor:

Em 1645 irrompe uma epidemia de moléstia contagiosa e desconhecida, que surgindo na vizinha capitania da Paraíba, penetrou na praça do Recife, alastrando-se pelas imediações e interior, causando grande número de vítimas. Produzindo a moléstia morte repentina ou dentro de algumas horas – acentua Pereira da Costa – os que logravam chegar a três dias, porém escapavam do mal, ignorando os médicos a sua causa, mas, atribuindo-a a infecção e corrupção do ar... Não sabiam como curá-la – diz ainda Pereira da Costa – mas, por fim descobriram que frequentes e copiosas sangrias muito aproveitavam. Os hospitais da Várzea e da Misericórdia encheram-se de soldados atacados do mal “cuja circunstância fez arrefecer a ação da guerra posta em campo contra o invasor holandês, durante todo o tempo que reinou a epidemia”. Fazendo uma súmula do mal, diz um cronista coevo: “sobreviveram em Pernambuco umas doenças contagiosas de catarros, pontadas e febres malignas, e com as quais morreu muita gente por toda a capitania, e com mortes tão apressadas que dentro de vinte quatro horas picava a enfermidade e o enfermo acabava a vida”. A epidemia perdurava até 1646. (ROCHA, 1956. p.32)

Rocha continua sua narrativa, que apesar de apresentar-se deveras factual, em alguns casos mostra-se como uma das poucas fontes que sobreviveram aos auspícios dos acidentes e da má conservação de documentos no país. A seguir mais um

episódio de uma epidemia, no caso a das bexigas, aqui citado pelo autor, ocorrida na década de 1660:

Em 1664 e prolongando-se até 1666, outra grave epidemia de bexigas irrompe em Pernambuco, causando os maiores danos. “Era Pernambuco um hospital pelo grande número de apestados, e em todas as cidades, vilas e povoações – narra Loreto Couto – arvorou a epidemia o estandarte da morte. Já não sabiam nos hospitais os enfermos e nas sepulturas não havia lugar para os mortos”... E como o mal grassasse ao tempo do governo de Jerônimo de Mendonça Furtado, por alcunha o Xumberga, por tal nome ficou também apelidada a epidemia. (ROCHA, 1956 .p. 35)

Estes episódios supracitados nos possibilitam a visualização das precárias condições de saúde que a sociedade pernambucana já enfrentava há vários anos antes do irrompimento do surto que ficou conhecido por seus contemporâneos como *Males* em 1685.

E dentre todas as epidemias já enfrentadas pela região até então, a que recebeu a fama de ser uma das mais terríveis do século XVII, foi chamada de pestilência, ou *Males*, e teve início no Recife, segundo o médico João Ferreira da Rosa, em novembro de 1685. (ANDRADE, 1956. p.190). Segundo seus relatos, em menos de um mês houve mais de 600 mortes. Sendo o total de vítimas 2.000 pessoas, em uma população que, segundo o autor, demoraria pelo menos quinze anos para chegar ao número de 10.000 habitantes. (ANDRADE, 1976, p. 189). Ainda em documentação do acervo Ultramarino de Pernambuco, em carta escrita em 31 de maio de 1687, pelo Secretário do Estado Pedro Sanches Farinha, informa o seguinte: “As doenças que na cidade de Olinda e Recife se padecerão este anno, e ainda continuão, passando ja de tres mil oz mortos”(…).³ Nesta carta o autor explica sobre as condições

3 Documento número 1418. Cd 02 pasta 018 subpasta 003 arquivo 0541, linhas 3,4 e 5. Pertencente ao Acervo do LAPEH/UFPE.

salutares que antes gozava a região e que agora estava tomada pela doença e pelo medo. (VER ANEXO I). Vejamos mais um trecho deste documento:

“Fôra sempre ‘Pernambuco chamado paraíso terreal, pelo salutífero de seus ares’, de sorte que aquelas mortíferas doenças ‘se entende nasceram de uma ponte que da cidade para a terra firme fizeram os oficiais da Câmara no ano de 1683’. Contido por uma muralha, o rio alagara ‘as campinas e várzeas, da terra firme, onde se fizeram grandes sapais, e paúis; ficando a água encharcada, e corruta; da mesma sorte e da maré impedida da mesma muralha e a enchente correndo para as várzeas acrescentou o dano. Como as doenças se demasiaram, logo os médicos advertiram ser a causa referida”; porque no charco apodreciam os mangues e se lançavam nele detritos de curtumes e outras imundícies”. (Documento número 1418. Cd 02 pasta 018 subpasta 003 arquivo 0541)⁴

Podemos então estimar que o número de vítimas pode ter alcançado proporções maiores do que as já evidenciadas até este momento, alastrando o pânico entre a população. Este período da História pernambucana coincidiu com a chamada Restauração Portuguesa, quando os holandeses foram expulsos da capitania e os portugueses deram início à restauração de seu poder colonial e da produção econômica de Recife e Olinda.

Segundo informações coletadas por Pereira da Costa, em sua obra *Anais Pernambucanos* (1985), “a peste entrou no porto do Recife no mês de novembro de 1685 por meio de barris cheios de carne em estado de putrefação”. (COSTA, 1985. p. 36).

[...] abrindo-se alguns desses barris, estava a carne já em tal estado de adiantada putrefação, que às suas exalações mefíticas imediatamente caíram por terra o tanoeiro e mais quatro ou cinco pessoas de serviço, que dentro de poucas horas pereceram. (COSTA, 1985. p.36).

Esta relação entre a decomposição de corpos orgânicos e sua relação com o ar continuou sendo afirmada por outros estudiosos nos séculos seguintes. Como exemplo tomemos a obra *Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades*,

⁴ In: ANDRADE, Gilberto Osório de. Montebelo, os Males e os Mascates. 1969. Recife Editora UFPE. Página 141. AHU-FG: 298. Partes da carta foram coletadas no documento citado em Laboratório pertencente a UFPE. Lapeh.

e nos seus contornos, escrito em 1812 por Félix Vicq-d'Azir. Neste exemplar o autor explica a relação entre a fermentação dos corpos orgânicos em decomposição e a maneira como estes integram suas qualidades ao ar e a atmosfera infectando-o e infectando também outros corpos, como o próprio autor explica, “como um fermento podre”. (VICQ-d'AZIR, 1812, p. 67). Vejamos o trecho a seguir:

A fermentação he hum movimento próprio as substâncias vegetaes, e animaes, nas quaes tem mostrado a experiência que muito depressa degeneraria em putrefacção, se certa força orgânica, cuja natureza he ainda desconhecida, não suspendesse os seus efeitos. À medida que a fermentação faz progressos, o ar elementar se desenvolve; a comunicação livre com o ar da athmosfera lhe dá todas as suas propriedades; extricando-se, e rarefazendo-se diminue a adherencia das partes do corpo em que se faz esse processo; e na desenvolução leva consigo as moléculas mais subtis, que ficão suspensas na athmosfera. [...] huma exalação ou emanação podre de natureza particular, e de fétido penetrante, e insuportável, que inficiona, bem como hum fermento podre, os outros corpos; [...]. (VICQ-d'AZIR, 1812, p. 67)

Em relatos e cartas de médicos e viajantes do século XVII e início do XVIII encontram-se descrições detalhadas da situação de penúria na cidade. Entre os relatos do médico Cerqueira e Silva encontra-se a seguinte descrição: “Notava-se um calor tépido e pulso sossegado e em outros delírios, ânsias e grande febre, expirando todos lançando pela bocca copioso sangue”. (BARBOSA, 1929. p.330). Assim também descreveu Rosa “os moribundos deste achaque costumam colocar pela bocca (vômitos de atrabilis, também conhecidos como vômitos pretos) um humor negro, da mesma cor da ferrugem de chaminé”. (Idem).

Para a compreensão e análise medica destes sintomas descritos os médicos e cirurgiões do referido período buscavam as causas e também as possíveis medidas de controle e cura do surto epidêmico nas obras clássicas utilizadas. A medicina portuguesa, ainda pautada mais na filosofia clássica, tendo-se em vista a sua estrutura pautada no hipocratismo, como afirma o autor Jaime Larry Benchimol (2003) a qual buscava no meio externo e mesmo sideral as causas e as possíveis curas para as doenças relacionando-as à corrupção dos ares, águas e lugares, sobretudo devido a relação destes elementos com os astros, como escreve em sua obra o médico Ferreira da Rosa:

As qualidades ocultas celestes, notadamente manifestas através de cometas e de eclipses do Sol e da Lua. ou o ar viciado, quer pelo contágio dos astros, quer por 'vapores' e 'seminários putritudinosos', provenientes não só de alimentos corrompidos mas também de águas estagnadas e de cadáveres insepultos; ou ainda a ira de Deus contra os pecados dos homens. [...] E por causa comum (como he o ar) mata a muitos. (ROSA, 1694. p.45).

Consoante ao doutor João Ferreira da Rosa, Félix Vicq-d'Azir, também justifica que são várias as causas que perturbam o equilíbrio do ar, como as relações dos astros, os meteoros, as estações e mesmo as relações interpessoais entre os habitantes de um dado local, como podemos verificar no excerto a seguir:

He igualmente certo que as qualidades da athmosfera dependem de hum prodigioso número de cauzas, que, mais ou menos, concorrem a conserva-lhe suas propriedades naturaes, ou dar-lhe outras factícias; a fazello ligeiro ou denso, puro ou carregado de princípios heterogêneos, elástico ou quazi sem essa propriedade. O último dos infectos, bem como os meteórors, as estações, a temperatura dos diferentes climas, o número de habitantes de qualquer paiz, a pratica das artes, as operações do Commercio, tudo influe sobre o ar, e lhe produz certas mudanças. (VICQ-d'AZIR, 1812, p. 69)

Durante a estadia do Dr. João Ferreira da Rosa aqui no Recife, que segundo Osório de Andrade "aportou aqui o médico no ano de 1687", (ANDRADE, 1969. p. 39) o mesmo esforçou-se em comprovar suas teorias, ao então governador o Marquês de Montebelo, acerca das catástrofes, que de acordo com suas postulações, estavam associadas a corrupção do ar e das águas. Já o governador buscava a causa da doença nas imundícies urbanas e até mesmo nas causas relacionadas a moralidade da população, no que diz respeito especificamente a atividade da prostituição que, assim como a sujeira da cidade, se alastrava nesta área de portos. Todavia, ainda que não concordassem em unísono com a origem e as causas da epidemia, concordavam que era emergencial a tomada das atitudes de controle e cura, visto que a doença não poupava a ninguém e muito menos dava-lhes o tempo para delongas e buscas de curar que se acertassem.

A doença se apresentava rápida e letal pois muitos dos vitimados não sobreviviam muitos dias, alguns chegavam a perecer em menos de vinte e quatro horas, deixando assim o Recife quase desabitado, como descreve o doutor Ferreira da Rosa:

Pelo que experimentamos, ha sete anos, neste Recife de Pernambuco, temos entendido, que a este mal competem as definiçoens dos Autores Allegados; pois tem causado tal mortandade, que em seus princípios quasi o deixou deserto, morrendo com muita brevidade; mostrando ser doença perexa e peraguda; acabando a vida aos mais em seis dias; e quando tarde, em nove; e muitos em dous; e alguns (mas poucos) não durarão mais de vinte e quatro horas. [...] fica sendo extraordinário o golpe; e chegou ao ponto de não haver homens para acompanhar o Santíssimo Sacramento (ROSA, 1694. p 46)

O médico acima citado continua descrevendo que a forma rápida da doença fazia com que as covas não fossem feitas a tempo levando em algumas delas, além de rasas, vários cadáveres, estes ficando a mostra contaminavam o ar. (ROSA, 1694. p.48). Analisemos este breve exemplo posto pelo doutor Ferreira da Rosa:

Nos templos, dentro das vilas e povoações, abriam-se catacumbas ainda 'verdes' para meter cinco ou seis corpos sucessivamente 'na mesma parte, ou covinha: esposos, pais, irmãos e filhos atropelando-se uns aos outros, no afã de continuar unidos mesmo além da morte. Covas tão rasas, tão à superfície, que era fatal se exalar 'daquela porção deixada em o cadáver de má qualidade corrompido... um vapor lento (como diz Luís Mercado), ou uma mistura elaborada (como diz Cipriano) fazendo assim o efeito do contágio, ou mostrando-se assim a sua natureza, que é uma infecção, que passa de uma parte à outra'". (ANDRADE, 1956, p. 160).

Assim também explica Félix Vicq-d'Azir, quando comenta que a infecção do ar expõe os viventes a inúmeros perigos, muitas vezes funestos, como as febres malignas, por exemplo, e se o ar encontra-se confinado, tornar-se ainda mais mortífero, devido aos princípios de sua corrupção.

[...] se o ar infectado se acha estagnado; se ele se não renova; e sobre tudo se he por longo tempo respirado, he ainda mais para se temer a sua infecção. Além disto, a experiência tem muitas vezes mostrado,

que a infecção do ae expõe a evidentes perigos, e que muitas doenças de péssimo character, assim como as febres malignas, os typhos, as febres exanthematicas &c. são algumas vezes funestas consequências dele. (VICQ-d'AZIR, 1812, p. 70-71)

Desta forma o surto epidêmico alastrou-se com violência pela região da vila do Recife e por todas as cercanias do que hoje compõe a região metropolitana do Recife. E poucos eram os que haviam para cuidar de tantos doentes. Nisto se concentravam os padres de diversas ordens como jesuítas, carmelitas descalços e terésios, que vindos em diferentes momentos da história para esta então colônia, puseram-se ao árduo serviço de cuidar dos doentes e também de dar sepultura aos mortos, como explica Gilberto Osório:

[...] por isso o governador (no caso o marquês de Montebelo), voltando a residir na vila, cedeu o pardieiro aos padres terésios aqui chegados sete meses antes de começar a pestilência; chegados com frei Manuel da Natividade, visitador dos carmelitas descalços, os quais apurou Pereira da Costa, muito se esmeraram no socorro aos doentes dos *males* no Recife. Eles e também os jesuítas, “acudindo a esta grande povoação, que melhor se pudera chamar hospital de incuráveis e de miseráveis e horrendos espetáculos, onde tudo era horror e assombros da morte [...] que já não havia quem curasse aos enfermos e enterrasse os mortos”. (ANDRADE, 1969, p. 80).

“Os médicos nesse achaque quase não se encontravam”, afirma Andrade quando trata do pedido feito pelo governador a Coroa portuguesa. O Dr. Ferreira da Rosa foi requisitado pelo governador a vir para o Brasil, “em 1686, quando à erupção da pestilência dos *Males*, morreu dos mesmos o único médico que então havia entre nós”. (COSTA, 1985. p. 35). Assim dizendo o Governador João da Cunha Souto Maior: “ficando-se sem quem aplicasse remédios, nem quem curasse com acerto os achaques”.⁵ (COSTA, 1985. p. 268). (VER ANEXO III). Após o dr. João Ferreira da Rosa, de acordo com Pereira Costa (1985), outros médicos foram requisitados pelo governo como o Dr. Domingos Fillipe de Gusmão, que veio para Pernambuco em

⁵ Como cita o autor Gilberto Osório de Andrade em sua obra *Montebelo, os Males e os Mascates* (1969), “O aviso fora dado para Lisboa Por João da Cunha Souto Maior, em cujo primeiro ano de governo (1685-1688) irrompera a pestilência e em cuja carta a el-rei se dava conta de que logo no princípio dela falecera o único médico existente na Capitania; de sorte que ‘convém muito ao serviço de V. Mjde., que na primeira monção, venha para esta praça, um médico, ou dois de “boa ciência”’ era o de que se precisava, porquanto não aparecera ‘quem acertasse no curativo deste achaque; e por este respeito houve uma notável confusão, porque todos curavam, e ninguém sabia o que curava; e assim houve duras hostilidades por esta causa”. (Carta de 6/07/1686 – AHU-FG:289).

1696, e em 1720 era ele o único médico residente na vila do Recife. (COSTA, 1985. p. 35-36). Além deste, de acordo com Osório de Andrade, o Marquês de Montebelo trouxera também o médico assistente Dr. Domingos Pereira da Gama que ficou em Recife até meados de 1710, embora, de acordo com o mesmo autor, tenha pedido traslado a el-rei para o Rio de Janeiro, onde se pagavam melhores remunerações aos médicos.⁶ (ANDRADE, 1969. p. 56). Mas como se viu a gravidade da doença no achaque o Marquês resolveu contar com a experiência de quem aqui já tratava da doença há três anos: o Doutor João Ferreira da Rosa. Apesar de questionar os passos da terapêutica do doutor e de não concordar inteiramente com suas doutrinas, o Marquês incumbiu o médico de “[...] urgentemente escrever um papel [...] para remédio dos forasteiros”. (ANDRADE, 1969. p. 56-57). Ou seja, o governador precisava que o doutor elaborasse um documento contendo as diretrizes para que os que aportassem no Recife ficassem conscientes do contágio e seguissem à risca as recomendações para que não aumentassem assim, o número de contagiados e até mesmo de óbitos. Outra preocupação apresentada pelo governador, e esta não era apenas uma preocupação dele, mas principalmente da corte portuguesa, era que não se embarcassem infectados para Portugal e também que os que para lá rumassem que portassem uma documentação atestando seu estado de saúde e o estado em que se encontrava a província visitada. A resolução em se tomar estas medidas foi considerada após uma análise do doutor João Ferreira da Rosa sobre as condições do casario e das construções comerciais da vila. Para que possamos compreender esta relação, trataremos, no tópico a seguir, da formação dos bairros de Recife e dos problemas apresentados, pelo doutor João Ferreira da Costa, como responsáveis pela manutenção e proliferação dos *males*.

⁶ Carta de 6/08/1703. AHU-FG: 391.

1.1 – Formação dos Bairros do Recife através dos documentos médicos da época.

Para compreendermos como a doença proliferou-se por toda a região partiremos de uma breve descrição de como surgiram os bairros do Recife e como eram dispostos seus imóveis para então tornar-se mais clara a visualização dos problemas apontados pelo doutor João Ferreira da Rosa como sendo os responsáveis pelo desenvolvimento e propagação da doença. Este sub-tópico do primeiro capítulo presta-se a apresentação da Vila do Recife, sua arquitetura e as condições de higiene.

Partiremos então do levantamento de como estava estruturada em seus primórdios, a Vila do Recife, para melhor compreendermos os diversos elementos que propiciaram a recepção e proliferação dos Males em toda a Vila e em suas cercanias.

Cavalcanti assim descreve o nascimento do que seria então a futura Vila do Recife que surgiu das atividades portuárias, destacando também, justamente por ser um porto, a entrada da cultura vinda do exterior e também suas qualidades climáticas:

Sua origem foi o porto, ponto central das atividades de troca de tudo que seria uma mensagem nova por um manancial de cultura adquirida, anteriormente, pelo homem e que deveria ser experimentada numa aclimação tropical para revigoramento. (CAVALCANTI,1978. p.223)

Se tudo começara em função da atividade portuária, então, também seria por esta via que a doença entraria na região. Não é de se surpreender, visto que chegavam neste porto embarcações da Europa e África com os mais diversos tipos de cargas e de pessoas que poderiam trazer consigo problemas infecciosos e doenças diversas. Como citado anteriormente teria sido a partir de algumas barricas de carne podre vindas por engano de São Tomé que teriam trazido o surto epidêmico ao Recife.

Observando-se as fontes reveladas e analisadas por memorialista e historiadores acerca da formação da vila do Recife, encontramos aqueles que confirmaram a visão do autor Vanildo Bezerra Cavalcanti, outros também

apresentavam o Recife como um paraíso tropical. As primeiras impressões que os viajantes relatavam eram de imagens paradisíacas. Quando estes, por exemplo, se defrontavam com a junção dos dois rios, Capibaribe e Beberibe com o mar, formando um porto naturalmente belo que resplandecia em beleza, luz e cor, como descreveu Vauthier, segundo Cavalcanti:

Registrando sua chegada ao Recife, recorda Vauthier em seu “Diário Íntimo”, depois de uma magnífica descrição cheia de deslumbramento de artista ante a beleza, a cor, a luz e o ambiente que o novo mundo lhes dava, que: “Descemos na barca. Chegada ao novo cais de Boyer”. [...]Era o porto que se alongara tanto que já se usava o outro lado do rio. Se desembarcava em Santo Antônio, isto é, no novo cais de Boyer, ou seja, na atual Praça 17. (CAVALCANTI,1978. p.227).

Embora esta visão não fosse permanecer pelos séculos subsequentes. Quando nos referimos ao fim da visão encantada do porto estamos nos reportando ao século XVIII quando a situação de imundice associada a escravidão dos africanos fez com que muitos viajantes odiassem tal visão. No período entre 2006 e 2007 trabalhamos com a equipe de pesquisa arqueológica da UFPE e nas escavações nos foi permitido ter uma real proporção da localidade destes portos, como por exemplo, o Cais do Apolo, que hoje é a atual avenida Cais do Apolo. Quando da escavação aproximadamente alcançou-se os três metros de profundidade, encontramos as

antigas paliçadas do porto e também a famosa “areia dourada” relatada por viajantes e cronistas do século XVII.

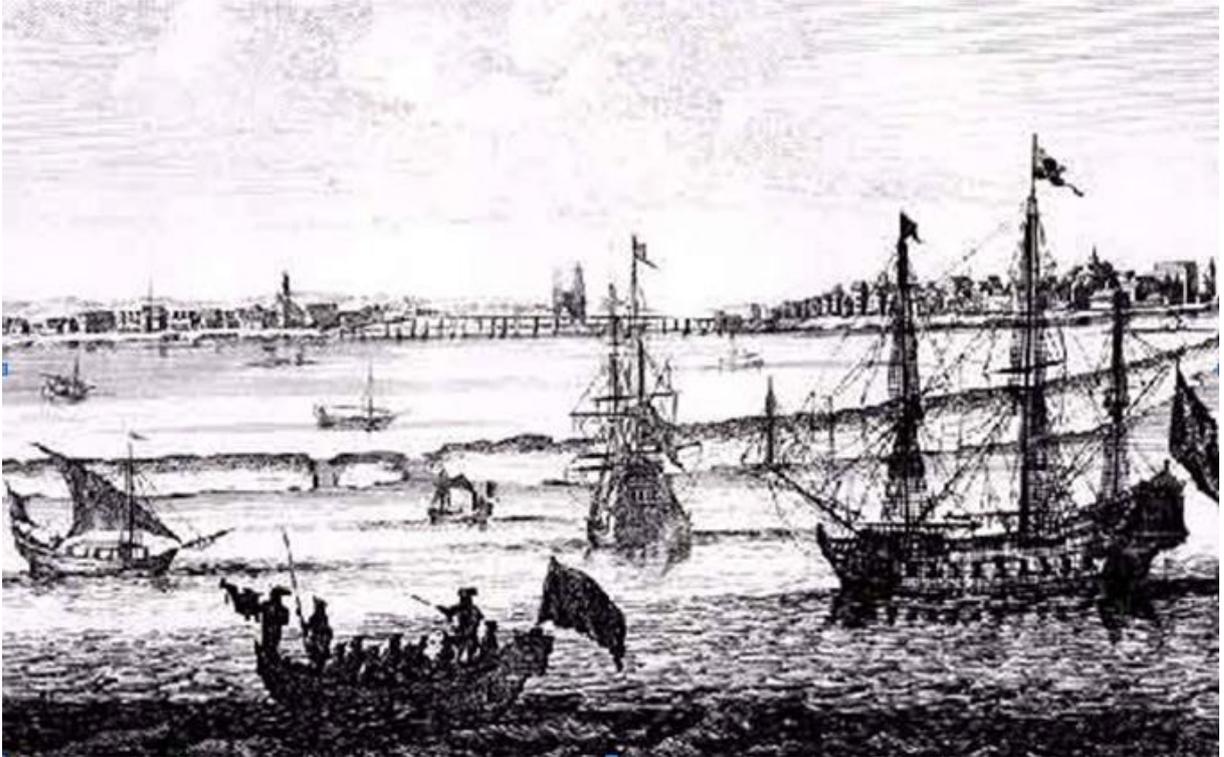


Figura 1 - Recife do século XVII. Fonte: Prefeitura do Recife.

Para que possamos alcançar uma descrição apropriadamente próxima do que era o Recife vamos considerar as descrições apresentadas pelo autor Bezerra Cavalcanti quando ele trata sobre o encontro dos rios Capibaribe e Beberibe e como eles davam origem ao porto:

Então, no princípio era o porto. O território, não só do bairro, como da cidade toda, surgiu, paulatinamente, em função do ancoradouro, conhecido como “Porto dos Navios”, daquele “rio morto”, assim chamado por Gabriel Soares de Souza, ou da “laguna” formada pela confluência dos rios Beberibe e Capibaribe. (CAVALCANTI,1978. p.227)

Conforme o autor supracitado os bairros foram surgindo de forma sucessiva a partir das atividades portuárias. Tal expansão ganhou maior ímpeto após a invasão holandesa (CAVALCANTI,1978. p.227). As primeiras atividades portuárias como as exportações de pau-brasil e de açúcar foram as principais impulsionadoras deste crescimento que teve como consequência a construção de fortes, armazéns e casas comerciais, como afirma o autor:

Os embarques de pau-brasil e dos “açúcares” determinaram suas primeiras construções. Inicialmente foram as feitorias ou os “passos”. Em seguida os fortes garantindo-lhes a defesa. Depois vieram as casas comerciais. (CAVALCANTI,1978. p.228)

Neste período a área construída juntamente com as áreas onde se era possível erguer alguma construção ainda eram diminutas e se expandiram a partir de aterros como expõe o autor:

Geograficamente vemos o surgimento do bairro no final do istmo de Olinda, espremido entre o mar e os rios, nos fins da primeira metade do século XVI. No nascer de 1600, para Francisco de Brito Freire, escritor daquela época, “era uma estreita língua de terra com cinquenta passos de largo, isto contando com alguns aterros”. [...]Entretanto, nessa minguada “língua de terra”, por isso mesmo chamada, durante muito tempo de “lingüeta”, cresceu a cabeça de uma região, o maior porto das Américas, no século XVII, a mais importante “estação marítima” de caminho das Índias neste lado do Atlântico. (CAVALCANTI,1978. p.228)

Na imagem a seguir⁷ vemos uma ilustração deste trecho do porto que se alongava entre as águas:

⁷ Imagem obtida através de pesquisa no site: www.longoalcance.com.br. Acessado em 05/08/2018 as 17:30.



Figura 2- Vista do Porto a partir de Olinda, século XVII. Fonte: Site Longoalcance - Banco de imagens do Recife.

E muito se queixou o Marquês de Montebelo sobre este enfado que eram os aterros feitos com lixo e detritos, enquanto Olinda dispunha de salutífera terra firme para onde expandir-se. “Do Recife [...] que iria sem demora explodir à custa de aterros, das novas pontes e do acúmulo de lixo doméstico nas margens das camboas, expandindo-se depressa para a Boa Vista e para os Afogados”. (ANDRADE, 1969, p. 75).

A partir de então o comércio começou a desenvolver-se, ainda que obviamente praticamente restrito as demandas portuárias com a construção de armazéns e lojas, na época chamados de passos ou feitorias. Como evidência deste fato citamos o que nos expõe Vanildo Cavalcanti:

Graças às construções das “lojas grandes onde se recolhem os caixões até se embarcarem os navios”, na definição de Frei Vicente do Salvador, foi o bairro crescendo. Aquelas “lojas grandes”, os chamados “passos” ou “feitorias”, sobretudo os da zona portuária, eram verdadeiros armazéns-gerais. A notícia mais remota que deles

temos, segundo Pereira da Costa, encontra-se na carta de doação de um terreno situado no Recife, lavrada em Olinda pelo Capitão-mor Felipe Cavalcanti, em 17 de setembro de 1590, em favor de Gaspar Dias, cujo terreno ficava “onde vivia ele e o Passo de Fernão Soares”. (CAVALCANTI,1978. p. 229).

Como o próprio autor menciona: “... o bairro do Recife é um dos poucos que não surgiu em consequência da fundação de um engenho, mas em função da produção de todos eles”. (CAVALCANTI, 1978. p. 229). Este contexto histórico nos leva a fatores que contribuem para um descortinar dos quais foram as principais mudanças enfrentadas pela área urbana neste período. Assim também se tornou possível estabelecer os limites físicos do território recifense no século XVI.

Em verdade, dizer os limites territoriais, nos fins do século XVI, não é tarefa difícil para historiadores. O “Povo” estava localizado dentro das linhas curvas da península, inicialmente da largura do istmo, variável entre 30 e 60 passos. Ocupada a povoação pelos batavos, logo providenciaram o levantamento de plantas e planos urbanísticos extensivos à então ilha de Antônio Vaz, sendo encarregado desses trabalhos os engenheiros Van Bueren e Drewisch. (CAVALCANTI,1978. p. 229)

Vejamos abaixo a planta do Bairro do Recife do século XVII. Esta imagem foi obtida no Lapeh.

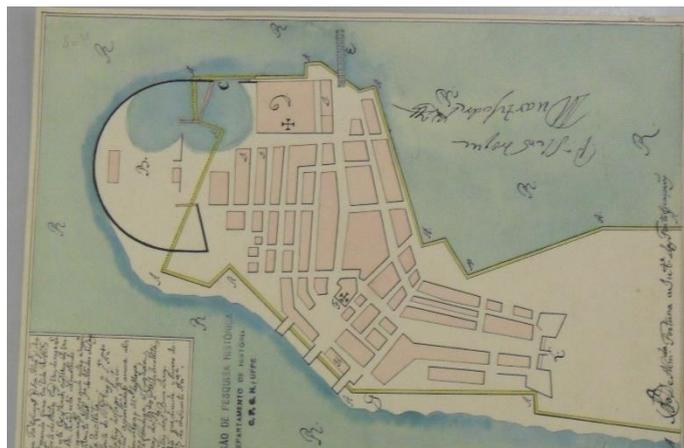


Figura 3 - Planta do Bairro do Recife. Séc. XVII. Fonte: Lapeh.

É de fácil analogia a percepção de que as principais mudanças nos elementos urbanos só tiveram evidência durante o período da Invasão Holandesa, quando para cá vieram os administradores para exploração da nova colônia, em especial, o Conde Maurício de Nassau que empreendeu várias modificações no que ficou conhecido como Pernambuco holandês. Vejamos o exemplo a seguir:

A área territorial da Povoação do Recife, quando se transformou em sede do domínio flamengo na América, foi fechada – conforme plano de fortificação do engenheiro Goliath – por trincheiras e bastiões que substituíram a velha paliçada portuguesa, com apenas três portas dando acesso natural à cidadela, seguindo o modelo convencional de defesa das cidades medievais. (CAVALCANTI,1978. p.229-230)

E foram justamente estas construções que, apesar de em vários momentos terem sido criticada pelos povos do Recife, eram, os de primeiro andar, indicados pelo Doutor João Ferreira da Rosa como os melhores locais para aqueles que ainda não tinham sido acometidos pela epidemia:

Deve-se viver em casas não térreas, para ser o ar mais líquido e puro: e sendo as janelas para o setentrão, melhor como afirma Avicena: *Venti, qui sunt meliore, sunt Seprionales*: e depois destes ventos os orientais, e logo os ocidentais: e os piores, os meridionais. [...] ANDRADE, 1956, p. 269)

Cavalcanti (1978), nesta excelente obra aqui explorada, *O Recife e a Origem de seus Bairros centrais*, nos faz uma comparação entre o Recife do passado e o atual, tornando ainda mais clara a visualização do espaço verdadeiramente ocupado pela população do século XVI. O autor traz referências importantes para a compreensão espacial das áreas ocupadas, como por exemplo a posição do forte do Brum até a Igreja do Pilar. Tomemos o excerto a seguir como exemplo:

Tomando-se os pontos de referência ainda hoje existentes e excluindo o istmo propriamente dito, desde a Fortaleza do Buraco, passando pela do Brum, derivando um pouco para o Leste pela igreja do Pilar, seguindo em linha reta e estreita até à Praça Artur Oscar; ai começava verdadeiramente, o “Povo, o qual descrevendo uma leve curva noroeste, ia terminar lá para as bandas da atual ponte Maurício de Nassau que então não existia. Nos fins do século XVI os limites do bairro do Recife eram os seguintes: chegando-se a “Porta da terra”, depois “Porta Norte”, e finalmente “Arco do Bom Jesus” (atualmente Praça Artur Oscar) e seguindo-se pelo lado oriental, logo descêsemos para o sul, iríamos encontrar a “Porta do Mar”, quase defronte à igreja do Corpo Santo, ou de Santelmo, e do Palácio dos Governadores, fim da atual Av. Marquês de Olinda. Então, derivava-se para o poente, seguindo mais ou menos pela atual Travessa da Madre de Deus, indo alcançar a frente da igreja, ainda não existente, pois ai já era o “rio morto”. Seguia-se, então, para o norte, passando pela “Porta da Balsa” (depois “Porta da Ponte”, “do Recife” e do “Arco da Conceição”), e daí dobrando para o nascente, num trajeto curvilíneo, pelas hoje ruas Álvares Cabral, da Guia (primeiro trecho) e toda Domingos José Martins, retornava-se ao ponto de partida. (CAVALCANTI,1978. p230-231)

O principal problema enfrentado nesta época era a disposição dos imóveis em tão curto espaço de terra firme. Logo tiveram início os aterros e daí os infimos problemas de infraestrutura que o ainda porto passaria a enfrentar mesmo após a sua elevação a condição de vila. Mesmo durante o período flamengo os problemas já eram latentes, pois não havendo espaço, muitos se acumulavam em cômodos espremidos no alto dos armazéns, segundo José Antônio Gonçalves de Mello, verdadeiras pocilgas. E não havendo mais onde se acomodar, muitos passaram a viver em bordeis da pior qualidade, vivendo uma vida insalubre e desregrada, como podemos observar no exemplo a seguir:

O problema, segundo José Antônio Gonçalves de Mello, exposto em “Tempo dos Flamengos”, era o seguinte:

“Se já em 1637 Chijselin referira a dificuldade em obter alojamento, alguns anos depois a dificuldade passaria a ser impossibilidade. Lançou-se mão de todos os expedientes para remediar o caso. Construíram-se sótãos e sobrados por cima dos armazéns da Companhia para aposentar mais gente. Em 1641 a situação parece que atingiu o auge”; “as casas da Companhia devem ser chamadas de pocilgas; no alto dos armazéns, onde todos os bens da Companhia

devem ser guardados, em um só quarto, ou melhor dito, pocilga, caixeiros, assistentes e escriturários são alojados em números de 3, 5, 7 e 8 como se fosse uma enfermaria, e se não fizermos assim, irão se alojar em bodegas que são os mais vis bordéis do mundo; os que ai moram, apesar de todas as reprimendas e castigos que se lhes aplicar, nunca mais podem ser conduzidos a bom caminho, mas a natureza torna-se senhora deles até à perdição”.(CAVALCANTI,1978 p.231)

Neste caos urbanizatório pouco ou nada foi feito em prol de uma melhor organização e aproveitamento do espaço disponível. Somente vários anos após a tomada da administração batava é que algumas medidas passaram a ser tomadas, sobretudo após a chegada do administrador enviado pela Companhia dos XIX, o Conde Maurício de Nassau. Antes dele segundo nos mostra o excerto a seguinte, não havia organização alguma e tudo se construía a um verdadeiro “Deus dará”. Somente com a planificação de construções e aterros feita por ele e sua comitiva é que ocorreu um efetivo crescimento dos bairros do Recife.

Dizem que as construções da primitiva “ribeira do mar dos arrecifes dos navios, com suas praias”, admitidos como da segunda metade do século XVI, não seguiam plano algum. Eram feitas ao “Deus dará”, ou conforme as conveniências dos que ali se fixavam. Somente depois de 1630, foram elas disciplinadas, contando o povoado, após aquela data, de acordo com a planificação dos invasores e principais impulsionadores do seu desenvolvimento, umas 15 ruas, uma praça e vários becos. As ruas eram estreitas, salvo a do “Bode” (Rua do Judeu) que era longa e larga. Depois, com os aterros, primeiramente em direção sul, para os lados do “Lamarão”, hoje Ponte Giratória, em seguida para a zona norte, em busca da igreja do Pilar, cresceu o bairro para 750.000 metros quadrados. Só mais tarde a então “Aldeia do Brum” ou “Fora de Portas” tomaria importância. (CAVALCANTI,1978. p.231-232).

Não havendo mais para onde se estender a cidade passou a expandir-se em direção ao norte como explica Cavalcanti: “Impossibilitados de crescerem na península, os recifenses ganharam o Norte. [...] Aterraram-no dos lados do mar e do rio, e uma nova configuração urbana foi se fixando na antiga paisagem da cidadela”. (1978. p.236). E o autor conclui:

Assim foi criado esse bairro que Mauro Mota já disse pertencer a duas populações: uma diurna, feita de comerciantes, bancários, funcionários públicos, marinheiros, estivadores e tanto mais, e a outra, noturna, feita de prostitutas e boêmios. (CAVALCANTI, 1978. p.237)

Sobre esta população urbana do Recife, Gilberto Osório de Andrade (1969) explana que já apresentava, apesar de ainda incipientemente urbanizada, exemplos de problemas enfrentados por grandes conglomerados urbanos como a violência nas ruas, saques, arrombamentos, assassinatos e evidentemente uma crescente prostituição. Sobre este assunto trataremos melhor no segundo capítulo quando tratarmos sobre os bandos de saúde e a questão da prostituição. Mas para exemplificar este fato tomemos o excerto a seguir:

A plena efetividade de sua condição urbana nem sequer faltava uma população já marginal e delinquente; pois “com o concurso das embarcações, gente delas, e que vem de fora, estão se excedendo continuamente pendências, furtos, arrombamentos de casas, e algumas mortes, não obstante andarem em cada uma destas praças uma ronda de infantaria toda noite”. Sem falar daquelas ‘mulheres públicas’ tão numerosas e tão participantes da vida portuária que já no tempo da campanha profilática de Montebelo foram especial objeto de um dos seus bandos da saúde. (ANDRADE, 1969, p.131).

Mas este crescimento não estava relacionado a boas condições nem a áreas que pudessem ser ocupadas pelos moradores e suas construções. Assim eram muitas as queixas sobre as condições insalutares no Recife. O marquês de Montebelo escrevera a Coroa reclamando sobre as amenidades que gozava Olinda e que os que lá residiam não se interessavam pelo melhor governo da região portuária, pois como

o próprio descreveu, Olinda dispunha de áreas propícias a expansão construtiva e de melhores ares, já o Recife crescia às custas de lixo, excrementos e entulhos com os quais se realizavam os aterros:

[...] Em Olinda onde os outeiros ventilados e aprazíveis, de fácil escoamento de resíduos domésticos, não só paisagisticamente como sanitariamente contrastavam com os bancos de areia ao nível do mar do povoado: planura de difícil drenagem no meio de lamaçais, crescendo à custa de lixo, excrementos e entulhos acumulados, e onde, para “a preservação dos que ainda não adoeceram deste Contágio. [...] (ANDRADE, 1969, p.154)

Com o término da dominação holandesa teve início a construção do bairro da Boa Vista, que segundo o autor, começava no bairro dos Coelhos e findava na altura da atual Gervásio Pires, onde fora construído pelos portugueses, o forte da Bateria. O Bairro continuava no sentido da atual Cruz Cabugá até a Avenida Norte, alcançando a altura próxima da Ponte do Limoeiro, na Rua da Aurora.

Com a saída do conde alemão, houve a degringolada na administração e a revolta do povo culminando com o documento lavrado e assinado na “Campina do Taborda”, onde já não mais se falava no expressivo nome de “Cidade Maurícia”, passando para a secundária classificação de “Povoação de Santo Antônio”. [...] Esse território da Boa Vista que agora trataremos, pode ser limitado, por uma linha sul-norte-nordeste, que, começando nos Coelhos, vinha até o fim da Gervásio Pires – onde os nossos construíram durante o movimento restaurador o forte da Bateria – continuava seguindo para o norte pela Avenida Cruz Cabugá, alcançando a Avenida Norte e daí rumando para leste até chegar à cabeça da ponte do Limoeiro, na Rua da Aurora. (CAVALCANTI, 1978. p.246-247)

Esta breve explanação das condições urbanas do final do século XVI e início do XVII nos oferece o suporte necessário para a compreensão do porquê da existência de áreas tão insalubres que colaboraram para a endemia dos Males em 1685.

Segundo Vanildo Bezerra Cavalcanti em sua obra *Um Tempo do Recife*, como citado anteriormente: a então vila já tinha passado de uma simples lingueta de terra a “mais importante estação marítima de caminho das Índias neste lado do Atlântico”. (CAVALCANTI, 1978. p. 228). Nesta época já contava, a futura cidade, com quatro bairros: o do Santo Antônio (a antiga Cidade Maurícia, até primeira metade do século XVII), o do São José (que quase tornou-se a Nova Mauristópolis durante a dominação batava) o do Recife e, o que estava acabando de surgir, bairro da Boa Vista. (CAVALCANTI, 1978. p. 229 e 245)

O Bairro do São José que durante a intervenção holandesa, conforme Cavalcanti (1978), seria um bairro para os habitantes mais pobres, formado por “casinhas”, que “começavam por trás da Igreja do Espírito Santo e seguiam até o Forte das Cinco Pontas”, não chegou a configurar seu intento de ser por muito tempo, logo após a expulsão dos neerlandeses estas casas foram demolidas. (CAVALCANTI, 1978. p. 245).

Já o bairro do Santo Antônio, antiga cidade Maurícia, região de que tanto se vangloriavam os invasores, foi a primeira área planejada urbanisticamente, diferentemente do bairro do Recife que foi construído, segundo o autor já citado, “ao Deus dará”. De acordo com a descrição do inglês Koster que assim o descreveu:

Santo Antônio ou bairro do centro é composto totalmente, de casas altas e de ruas largas, e, se esses edifícios fossem belos haveria aí um certo grau de grandeza. São porém mui elevados para a largura que têm e os pavimentos térreos são ocupados por lojas, armazéns, cocheiras ou oficinas. Nas lojas não há caixilhos e só da porta recebem claridade. Quase que ainda não existe comércio. Assim que todas as ruas são formadas de casas baixas e mesquinhas. Aqui vê-se o palácio do Governo que fora outrora convento dos Jesuítas, a tesouraria, a Casa da Câmara e Cadeia, os Quartéis, que são péssimos, os conventos de São Francisco, do Carmo e da Penha, várias igrejas, mas em cuja arquitetura nota-se pouca arte e pouco gosto. (CAVALCANTI, 1978. p. 246-247).

Além do casario o bairro já apresentava outra peculiaridade, o porto. O cais do Recife já havia sido tão alongado que começara a utilizar o outro lado do rio também para o desembarque, segundo CAVALCANTI (1978) “se desembarcava em Santo

Antônio, isto é, no novo cais de Boyer, ou seja, na atual praça 17”. Este porto chamado de Porto dos Navios foi formado pela confluência dos rios Beberibe e Capibaribe. (CAVALCANTI, 1978. p. 227).

O bairro do Recife, conforme Vanildo Cavalcanti (1978), “foi um dos poucos que não surgiu em consequência da fundação de um engenho”, mas em função de suas produções que eram escoadas pelos portos. Da mesma forma que o bairro surgiu em função dos portos e dos passos, os fortes foram construídos para proteção dos mesmos. (CAVALCANTI, 1978. p. 229). Este bairro era formado por duas populações: “uma diurna, feita de comerciantes, bancários, funcionários públicos, marinheiros, estivadores e tantos mais, e a outra, noturna, feita de prostitutas e boêmios”. (CAVALCANTI, 1978. p. 237). O bairro assim surgiu, a princípio em função do comércio e em consequência teve início a construção das moradias dos que iam carregar e descarregar do mar. E foi crescendo mais ainda com a construção das lojas grandes (os armazéns-gerais). (Idem, p. 228-229). Descrita desta maneira por Cavalcanti:

Tomando-se os pontos de referência ainda hoje existentes [...] desde a Fortaleza do Buraco, passando pela do Brum, derivando um pouco para o Leste pela igreja do Pilar, seguindo em linha reta e estreita até à Praça Artur Oscar; aí começava verdadeiramente, o “Povo”, o qual descrevendo uma leve curva norte-oeste, ia terminar lá para as bandas da atual ponte Maurício de Nassau [...] (CAVALCANTI, 1978. p.231).

Na segunda metade do século XVII o bairro já contava com “300 prédios entre casas térreas ou terreiras e sobrados de dois andares e belos mirantes”. Dentre as construções citadas constavam a igreja do Corpo Santo, o Palácio do Governo, a Alfândega, a Cadeia, a Provedoria, a Casa da Câmara, a Sinagoga dos Judeus e armazéns com casas de pesagens. (CAVALCANTI, 1978. p. 233).

Como descreve Cavalcanti (1978) no Bairro da Boa Vista, que começava a surgir, existia um arruamento que ligava a ponte construída pelo Conde Maurício de Nassau até seu palácio da Boa Vista, mas dominavam a área os manguezais, os paus e os alagados. Assim o autor descreve a delimitação do bairro da Boa Vista:

[...]limitado por uma linha sul-norte, nordeste, que, começando nos Coelhos, vinha até o fim da Gervásio Pires – onde os nossos construíram durante o movimento restaurador o forte da Bateria –

continuava seguindo para o norte pela Avenida Cruz Cabugá, alcançando a Avenida Norte e daí rumando para leste até chegar à cabeça da ponte do Limoeiro, na Rua da Aurora. (CAVALCANTI, 1978. p.247)

Segundo o autor, a parte principal desta área da cidade foi construída em solo onde antes era pleno mar. “O resto só consiste em casinhas e como há bastante terreno e as casas não são unidas, estende-se muito longe. Nem as ruas dessa parte da cidade, nem as de Santo Antônio são calçadas”. (CAVALCANTI, 1978. p.247).

Em fins do século XVII contava apenas a povoação 25 fogos, mas em 1727 atingia a um número muito elevado, eram tão prósperas as suas condições, e tão vantajosos os seus elementos de vida e atividade, que o cabido da catedral de Olinda criou um curado na localidade, filial à paróquia de S. Salvador, a cujo território pertencia, bem como ao termo da cidade de Olinda”. (CAVALCANTI, 1978. p. 250-251).

Veloso Costa (1971, p.63) cita o Recife como “cidade tropical, edificada e desenvolvida entre rios, ladeada por mangues, teve sérios problemas sanitários e que ainda o afligem”. Aflição esta que desde a época da invasão holandesa já mostrava que as condições precárias da localidade eram latentes, podendo ser atestadas em relatos como o do próprio Conde Maurício de Nassau em carta a Companhia dos XIX:

Cercado de precariedades, faltando provisões no Recife ao ponto de mandar dizer aos diretores que “até os próprios ratos estavam morrendo de fome nos armazéns”. [...] Com a saúde recuperada do impaludismo que contraíra durante uma inspeção à Paraíba, João Maurício sem esperar a chegada dos reforços que insistentemente solicitara, largou do Recife no dia 8 de abril de 1638, com uma força de 3.600 soldados europeus e 10.000 ameríndios transportados em 30 navios. (GOUVÊA, 1998. p. 64)

De acordo com a concepção de Veloso Costa, em sua obra *Alguns aspectos Históricos e Médicos do Recife* (1971), a este quadro de falta de infraestrutura somavam-se a “imundície da população”, que depositava seus lixos em toda a parte inclusive nas praias, como descreve:

Posteriormente ao domínio holandês, o Recife apresentou-se como cidade doentia, exposta a doenças endêmicas e epidêmicas. Agravando a situação topográfica, tivemos os hábitos anti-higiênicos de uma população analfabeta que aumentava com o decorrer dos anos. [...] O lixo, depositado nas praias, nas ruas tornou-se um sério problema. (COSTA, V. 1971, p.67)

As péssimas condições de higiene estavam em toda parte como descreve Costa: “os excrementos eram transportados em barricas e os quintais, além de cheios de lama e lixo, não permitiam a construção de fossas permanentes diante da pequena elevação do solo”. (COSTA, V. 1971. p. 64). Os locais de despejo dos excrementos eram muito próximos das moradias como o canal do Riachuelo (que segundo o autor corresponde mais ou menos a rua de mesmo nome na atualidade)⁸. Não tardara muito para que o conjunto destes fatores levassem a explosão de diversas epidemias que assolaram a Vila e regiões próximas. Mesmo Olinda que aparentava estar fora do alcance do dito surto apresentou logo em 1691 a apresentar casos da epidemia, neste caso o próprio governador, o Marquês de Montebelo que então estava residindo em Olinda, segundo o próprio, por ordem da Coroa. Como fica evidente neste trecho de uma correspondência extraído por Gilberto Osório de Andrade da Carta nº18 em *Cartas para a Índia*.

[...] tomei posse desse governo em cinco de junho , e logo em dez adoeci [...] e mais nenhuma hora assisti no Recife para que Vossa Majestade veja que não estão vinculados àquela povoação os achaques contagiosos que os moradores desta cidade sobre ela carregam, mas atualmente em Olinda se padecem as doenças quando no Recife vivem seus moradores mais livres delas: eu até agora assisti na cidade em observância da ordem de Vossa Majestade’.⁹ (ANDRADE, 1969, p. 81).

⁸ Tais informações foram coletadas pelo autor citado em Relatórios diversos de 1856-1919, presentes no Arquivo Público Estadual.

⁹ “Carta nº 18 (1691) e resposta, em *Cartas para a Índia*. Vês-se da informação de Montebelo que já então, em 1691, tinha passado a epidemia a Olinda, quando dois anos antes grassava ainda somente no Recife; ‘o rigor do contágio [...] há só nele, que fora o não houve’, registara o *Breve compêndio* em 1689, quatro anos depois de deflagrada a pestilência. De Olinda se propagariam os *males* pelas freguesias de Goiana e Itamaracá, deixando incólume a de Igarassu de permeio”. (ANDRADE, 1969, p. 81).

A partir da observância destas condições na vila que o Dr. João postulou e buscou confirmar sua teoria da corrupção do ar. O doutor então explicava que não bastaria apenas cessar a “pestilência”, mas antes verificar se realmente houvera acontecido a corrupção do ar, pelos motivos por ele explicados de acordo com as concepções de Aristóteles, para então combaterem-se os reservatórios residuais onde perseveravam os “seminários putritudinosos”:

[...] Aristóteles com efeito – admitiu Ferreira da Rosa – postulava que os elementos eram icorruptíveis, podendo só as suas qualidades virem a se transformar sob a ação do calor, do frio, do fogo ou da água. Da água da chuva, então, provinha aquilo de se levantarem os vapores da terra no começo do inverno, quando todos os anos recrudesciam os “*males*”. Em todo o caso, não bastaria isso para descartar a possibilidade de ter havido ‘corrupção do ar’ por influência dos astros, porque a cessação de causas desse gênero não importava necessariamente na cessação da pestilência. O ‘veneno pestilencial’ podia continuar atuando na medida em que, como reservatórios residuais, perseverassem “seminários putritudinosos” transmitindo ao ar a ‘qualidade oculta’. (ANDRADE, 1969, p. 58-59)

Tais seminários, segundo Andrade (1969, p. 59) eram: “sepulturas rasas mal fechadas, ou ainda charcos, monturos e sujeiras domésticas. ” Devido a toda esta situação de imundície nas povoações de Recife e Santo Antônio, o Marques afirmava veementemente: “não era dos ares, mas das casas, ruas e mais lugares imundos que a infecção procedia”. (ANDRADE. 1969, p. 59).

Também em seus estudos, Félix Vicq-d’Azir (1812), explica que os corpos, fossem de origem animal ou vegetal, podres formavam outras substâncias que por sua vez corrompiam o ar e por isso poderiam causar mortes repentinas.

Pelo que se tem dito se vê, que os corpos pela podridão resolvendo-se nos seus princípios, formavão outras substâncias, de que algumas, taes como o gaz acido carbônico e a emanação podre, erão terríveis venenos; e por isso todo aquelle que respira principalmente esse gaz, que não serve nem para acombustão, nem para a respiração, morre repentinamente; [...]. (VICQ-d’AZIR, 1812, p. 74)

A esta teoria da corrupção do ar não faltou aqueles que culpavam Olinda pela incidência dos *Males* no Recife. Isto por conta de uma barragem construída na região do Varadouro que represava a água que vinha do Rio Beberibe e que assim abastecia

os moradores de água doce e de peixes e crustáceos. Assim nos exemplifica Gilberto Osório de Andrade:

No Recife, por sua vez, não faltava quem inculpasse Olinda da corrupção do ar. Da corrupção do ar e da podridão das águas de consumo: as águas do Rio Beberibe represadas pela calçada do Varadouro. Causas ambas funestas principais daquela espantosa epidemia. A represa do Varadouro merece, com efeito, registro demorado. Foi um tão peçonhento motivo de inimizade entre o Recife e Olinda – tão peçonhento e tão perseverante – que não só se repete em documentos da época que vai da irrupção da pestilência à “guerra dos mascates”, como continua acirrado muitos anos depois. [...] até 1833, quando os recifenses passaram a se abastecer no açude do Monteiro, a água do Beberibe era a que consumiam. (ANDRADE, 1969, p. 133).

E o pânico que era espalhado por ser a dita barragem a causadora dos *males* foi muito além do período de maior incidência do surto. Segundo Andrade (1969), em 1710 ainda haviam notícias sobre o contágio e quem culpasse Olinda pelo surto epidêmico, como por exemplo escreveu Miguel Dias Pimenta. Vejamos o que ele afirmou:

Em 1710 – ano em que se escrevera suas *Notícias* – o curandeiro ‘mascate’ Miguel Dias Pimenta sustentava que a causa dos *males*, na sua opinião ‘ parece fabricarem os mesmos homens (de Olinda), talvez para castigo dos seus delitos’, porquanto da pestilência não tinham faltado ‘anúncios nos princípios da represa das águas que bebiam, feita na paragem aonde entrava a salgada arrancando-a depois do mesmo sólio represo, para tragar com ela, juntamente o veneno, que infeccionadas adquiriam, do que não faltaram também circunstâncias, que claramente o verificassem’. (ANDRADE, 1969, p. 143)

Esta barragem a qual muitos se referiram como por exemplo Rocha Pitta: “a dilatada e formosa ponte, ao pé da qual se podia estar a um tempo nadando na água salgada e tomando a doce. ” (ANDRADE, 1969, p.139). Esta foi erguida, segundo Gilberto Osório, durante o governo de Souto Maior para separar a água doce de seu encontro com as águas salgadas da maré. Ali, de acordo com o mesmo autor, era

possível a pesca de peixes de ótima qualidade. Por isso fica então compreendido o esforço da Câmara de Olinda em preservar a ponto em detrimento do “arremedo de porto” que se encontrava acometido pelos *Males*. Segundo Andrade não por simples inveja, mas também pela desconfiança. (ANDRADE, 1969, p.139).

Observaremos aqui alguns mapas e plantas produzidos na época que mostram esta barragem do varadouro. Na primeira imagem, temos um prospecto que demonstra a movimentação na região do cais do Varadouro. Esta imagem foi obtida gentilmente através do Lapeh (Laboratório de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Pernambuco).

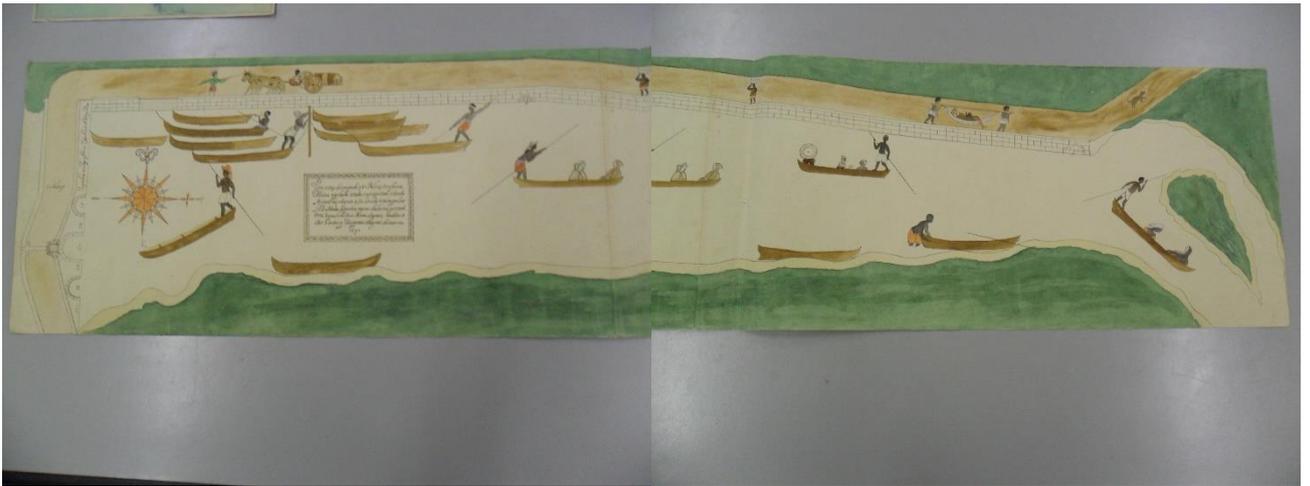


Figura 4- Prospecto de um cais projetado no Varadouro – 1690
FONTE: Lapeh

Na imagem a seguir também podemos visualizar através de um plano da Vila do Recife, onde destacamos a área onde está evidenciada a barragem do Varadouro. (Para imagem completa ver ANEXO I).



Figura 5- Plano da Vila do Recife de Pernambuco. Destaque da parte de Olinda. FONTE: Lapeh

Como citado anteriormente os recifenses se utilizavam também da água que vinha do Beberibe desde antes da ocupação holandesa, como atesta Andrade (1969). Tendo em vista que “as águas das cacimbas de Ambrósio Machado, na Ilha de Antônio Vaz, servia só para lavar as casas”. (ANDRADE, 1969, p.140). Com a instalação da barragem do Varadouro os ânimos entre os de Olinda e os do porto ficaram ainda mais acirrados:

Uma vez instalado o prodígio, porém, parece que os consumidores recifenses proibiram os seus aguadeiros de se abastecerem nos canos do Varadouro. A informação dum contemporâneo, de que esses aguadeiros passaram então a precisar de três marés para jornada, que faziam em uma ao tempo em que a tapagem ainda não existia, indica que lhes foi exigido irem buscar a água rio acima, bem distante do

“lago”, certamente subindo o curso principal. (ANDRADE, 1969, p. 140).

Diante deste empasse com a Câmara de Olinda, o Marquês de Montebelo, buscando melhorar sua relação com a mesma, tentou junto a Coroa uma nova construção de uma ponte e uma muralha, na região do Varadouro, para que pudesse, como antes, represar as águas do Beberibe. O marquês então perguntou ao doutor Ferreira da Rosa qual era a sua opinião sobre a relação dos *males* com a barragem do Varadouro. A qual o médico, que de acordo com Andrade, que na referida época residia no Recife, buscou não se envolver nas questões entre o governador e a Câmara, fugindo por inúmeros “rodeios”, como disse Andrade:

Quis saber Montebelo o que pensava Ferreira da Rosa a respeito de ter sido ou não responsável a barragem pela pestilência dos *males*; e o médico reinol, morador de sobrado no Recife, não se deixara enleiar pelas versões do sobressalto nem pelas alternativas da malícia invejosa. Admitindo embora que ‘pode também viciar-se o ar dos inferiores levantados putridinosos vapores das águas de lagos fechados, e imóveis’, deixou escrito com prudentes rodeios e outras tantas ressalvas que, ‘falando com ânimo sincero o que entendo, me parece, e julgo certo, ou mais provável, não terem as águas (do Varadouro) em si podridão alguma para o contágio’. (ANDRADE, 1969, p. 145)

Na figura a seguir, extraída do site oficial da Prefeitura do Recife¹⁰, podemos observar também um desenho representando a barragem do Varadouro.

¹⁰ <http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/historia>. Acessado em 05/08/2018 as 10:00.

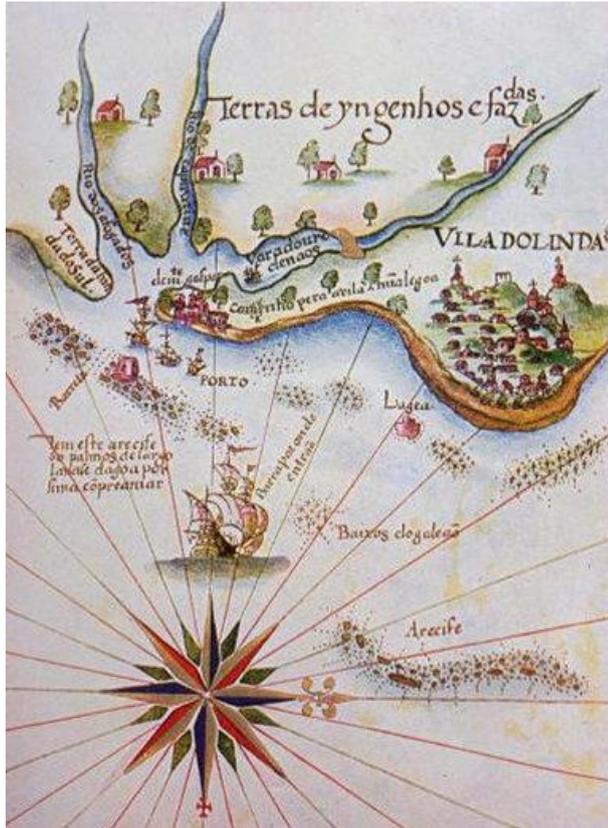


Figura 6 - Mapa da Vila de Olinda e do porto do Recife do fim do século XVI. FONTE: Site da Prefeitura do Recife.

Conforme Andrade (1976), o entendimento do que foram os *Males* ainda estava fora do alcance dos médicos e da população do século XVII, pois foi apenas no século XIX que se tornou conhecida a doença, que se tratava da febre amarela e dos verdadeiros meios de contágio que eram os seus vetores (algumas espécies de mosquitos da América Central e do Sul e também do continente africano.)

O Dr. Ferreira da Rosa, apesar de desconhecer as verdadeiras causas da doença, acabou aliviando a presença dos vetores com suas práticas de defumação pública e com as fogueiras que queimavam sobre as sepulturas por mais de três dias. A fumaça afugentava os mosquitos, diminuindo assim a incidência dos mosquitos vetores. O sucesso dado por sorte, no início, deu ao médico a certeza da eficácia de suas práticas.

Capítulo 2

As medidas profiláticas e o Marquês de Montebelo

Neste capítulo, analisaremos quais foram as principais medidas profiláticas adotadas, pelo então governador o Marquês de Montebelo, no que se refere as práticas de tratamento e combate aos *males* e aos novos locais onde deveriam ser sepultados os vitimados pelo surto epidêmico. A disposição do marquês em erradicar a doença da vila do Recife e suas cercanias era tamanha que o fez escrever a seguinte carta ao médico dr. João Ferreira da Rosa:

Porque ainda continuam as doenças contagiosas, e pestilenciais, assim nessa povoação do Reino, como nesta Cidade de Olinda principalmente no tempo de inverno em que com as chuvas parece se levantarem mais os vapores da terra, sinal que mostra, que nela está a má qualidade nascida, ou dos corpos mal enterrados, e das covas não terem campas de pedra, ou de tijolo, e conservada nas mesmas casas em que morrem os doentes, nas quais ficavam vivendo outras pessoas sem receio nem cautela preservativa, e muitas vezes os que lhe sucedem na doença se acomodam nas mesmas camas que ficaram os defuntos, e usam da mesma roupa, louça, e mais móveis da casa, o que tudo é causa total, ou grande parte dela para que se perpetuem as doenças, e se constituam estas duas povoações um São Tomé, sendo de antes tão saudáveis no clima, e ares como a experiência imemorial nos certifica, me pareceu, consideradas todas estas circunstâncias, e animado do discurso, e ponderação, que me persuade que os ares não são os que padecem, nem contêm em si a má qualidade, senão as casas, e as covas, e muito mais as roupas, e tudo o que serviu aos doentes, ordenar a Vossa Mercê queira por serviço de Deus, e de Sua Majestade, e por remédio dos forasteiros que de novo vierem na frota, ou de recôncavo, a esta duas povoações fazer um papel com toda a distinção, no qual se declare em primeiro lugar as causas próximas, e que atualmente influem esta pestilencial qualidade, e em segundo o remédio preservativo delas, assim para as pessoas que ainda não padeceram o mal, como para as casas em que atualmente adoecerem, e para as covas em que se enterrarem, para a limpeza das ruas, para a queima das roupas, e para tudo o mais que vossa mercê julgar ser conveniente para a prevenção, e remédio futuro, porque estou pronto para o mandar executar, ponderando o peso, e razão em que o dito remédio se deve fundar.

Deus guarde a Vossa Mercê muitos anos, Olinda 19 de abril de 1691. O Marquês de Montebelo. (ROSA, 1694, p.27-28).

Para tanto o marquês deu início a um projeto de profilaxia urbana subdividida em quatro frentes, que se ocupariam: dos navios que chegavam, a dos que morreram dos *males*; a da limpeza das casas ruas e praias e a do recolhimento de escravas e mulheres no Recife e em Santo Antônio. Como exemplifica Gilberto Osório:

O regimento minutado dispunha-se em quatro títulos: “do que se há de praticar nos navios que entram”; “dos que morrerem das doenças dos *males*”; “da limpeza das casas, ruas e praias” e “sobre o recolhimento das escravas e mais mulheres de ambas estas povoações do Recife e Santo Antônio”. (ANDRADE, 1956, p. 163).¹¹

O marquês, agindo em caráter emergencial, fez primeiramente o pedido a Câmara de Olinda que se recusou a atender ao pedido do governador alegando dois motivos principais: o primeiro de não ter havido uma petição a Coroa que, portanto, ainda desconhecia as medidas que seriam praticadas pela campanha aqui no Recife; e, como segundo motivo, alegaram também que não havia recursos suficientes para atender a tamanha despesa; como podemos observar no trecho a seguir:

Com Câmara Coutinho e Montebelo, portanto, tinham ficado piores do que dantes as relações entre o governo da Capitania e a cidade de Olinda. Piores de tal sorte que tantos agravamentos episódicos de roncadas discórdias contumazes aparentemente bastariam para explicar por que a Câmara, tendo sempre negado a pé firme recursos para a reconstrução do palácio das torres, também os recusou para as medidas profiláticas com que o marquês se propusera a sanear os becos sujos e as casas insalubres das povoações do Recife e de Santo Antônio. A escusa dos senadores fundara-se no argumento, entre outros, de que não se dispunha de dinheiro bastante para atender as despesas extraordinárias de tal monta. (ANDRADE, 1969, p. 129).

A disposição da Câmara de Olinda em dar prosseguimento a campanha do marquês era quase nula, segundo o autor supracitado, tanto pelas condições econômicas de Olinda, quanto pela alegação dos senadores de não haver nem mesmo comida para os seus. “[...] o povo de que se compõem a cidade é [...] de uma suma pobreza, vivendo os moradores dela como em um retiro, por [...] não lhes custar dinheiro água, e lenhas [...].” (ANDRADE, 1969, p. 130). Se as ações profiláticas

¹¹ Segundo o autor “seria instituído, em resumo, para começar, um verdadeiro regime de polícia sanitária no porto: rol e inspeção de toda a gente de bordo, internamento dos doentes e penas para infratores e recalcitrantes.” (ANDRADE, 1956, p. 163).

dependessem da aceitação da Câmara, nunca teria o marquês colocado sua ação em prática, como afirma Andrade:

Pelo que dependesse de Olinda, cuja animosidade era tamanha que até funestas pragas se rogavam dali contra o Recife, a campanha planejada por Montebelo nunca se teria posto em marcha. Nem mesmo para a manutenção do hospital do Recife – instalado em 1684 [...] (ANDRADE, 1969, p. 153).¹²

A solução encontrada pelo governador foi a de que parte das despesas fosse paga através da contribuição dos próprios doentes e também das multas que seriam aplicadas aos infratores das normas estabelecidas pelo governador através dos bandos de saúde, como podemos averiguar em trecho de carta, que se encontra no *Tratado Único* do dr. João Ferreira da Rosa:

O hospital do Paraíso passou a ser financiado com os soldos das praças internadas, as contribuições doutros doentes que pudessem pagar e o produto de algumas das multas impostas aos contraventores dos bandos profiláticos. (ANDRADE, 1969, p. 153).

Como citado anteriormente, eram quatro os bandos profiláticos e um dos primeiros a entrar em vigor foi que tinha por objetivo “aplar a cólera dos céus contra a libertinagem.” (ANDRADE, 1969, p. 156). Este bando recebeu o nome de “Bando sobre as mulheres públicas serem tomadas a rol pelo Superintendente da Saúde; e outros particulares sobre andarem de noite as mulheres até as Ave Marias somente”. (Idem). Esta questão da prostituição era já tão grave que mais de sessenta anos depois desta campanha, conforme Andrade (1969), teria Loureto Couto escrito sobre as razões da epidemia em Pernambuco, atribuindo-lhe uma causa moral – os ‘pecados dos seus moradores’ – e uma ‘causa natural (que) são os Astros e os Elementos”. (ANDRADE, 1969, p. 156-157), sendo assim o surto epidêmico “uma

¹² O hospital do Recife foi instalado na Igreja de Nossa Senhora do Paraíso em 1684 pelo então governador D. João de Souza. “[...] e já então arcando praticamente com todo o peso da epidemia consentiu a Câmara em fornecer recursos. Quando o marquês argumentou que o aglomerado portuário era o ambiente por excelência de maior rigor da pestilência e que, portanto, conveniente seria dar-lhe condições para ‘na ocasião da doença dos *males*’ – o recrudescimento anual com a chegada das frotas – ‘acudir melhor aos tocados deles’, Olinda fez ouvidos moucos. (ANDRADE, 1969, p. 153).

qualidade furibunda mandada dos céus pelas causas, que o Altíssimo sabe”. (ANDRADE, 1969, p. 156).

As principais medidas deste bando de saúde, seriam o controle das atividades das prostitutas e dos que com elas mantinham relações, além da inspeção dos locais propícios a tais ocupações. Como vimos, nenhuma mulher poderia transitar pelas ruas após as 18:00 horas. Também seriam as prostitutas recenseadas e se não mudassem suas práticas seriam presas e degredadas para longe das cercanias da cidade. Já os frequentadores seriam advertidos e receberiam multa. Se persistissem, seriam também presos e poderiam até mesmo ser degredados. Vejamos o que Gilberto Osório nos explica:

Recenseadas as rameiras, seriam todas despejadas da terra, exceto as “que depois deste bando publicado emendaram suas vidas”; e se achadas em reincidência seriam “logo degredadas dez léguas para fora da terra para onde irão depois de presas na cadeia”. Para os frequentadores dessas meretrizes, quer escravos, quer homens livres, impunha-se a pena de prisão e multa na primeira vez; na segunda a multa duplicava-se e, na terceira, reservava-se o governador arbitrar a coima, o tempo da prisão e até mesmo o desterro. Tudo isso para “se não comunicar a malignidade da doença (dos *males*) pelos atos, e abusos venéreos”, porque era um “contágio”. [...] (ANDRADE, 1969, p.157).

Na medida em que o marquês de Montebelo realizava estas ações na região do Recife, colocava também em funcionamento, ao mesmo tempo, o “Bando sobre o Superintendente da Saúde ter cuidado em tomar a rol a gente do mar e os doentes irem para o hospital”. (ANDRADE, 1969, p. 159). Provavelmente o governador referia-se a Santa Casa de Misericórdia da Penha, como foi citado no capítulo anterior. A medida já era requisitada pelas Côrtes que desejavam que aqueles que aportavam nas colônias e retornavam a Portugal trouxessem consigo cartas de saúde comprovando qual era o atual estado de saúde em que se encontravam as Capitânicas. Assim nos demonstra Andrade:

Acertadas desse modo as contas com a moral cristã e os bons costumes, Montebelo instaurou simultaneamente no Recife, com o “Bando sobre o Superintendente da Saúde ter cuidado em tomar a rol a gente do mar; e os doentes irem para o hospital”, um serviço que

desde a irrupção dos *males*, pelo menos as Côrtes reclamavam, assustadas, dos governadores da Capitania: munir de cartas de saúde os capitães e mestres dos navios das frotas que retornavam a Portugal, fazendo-se nelas “constar o estado de saúde com que ficam as Capitánias de que vêm as ditas frotas” tudo segundo as “apertadas ordens” de S. Mjde. porque “nenhuma cautela basta para a malícia dos mareantes”.¹³ (ANDRADE, 1969, p. 159)

Estas medidas foram adotadas principalmente porque havia uma preocupação do reino a respeito da possibilidade de importação das doenças que aqui grassavam. Embora aparente ser apenas o medo de uma elite metropolitana, do lado da colônia também, esta apresentou-se como uma decisão muito acertada. Já não era fato novo que, em todas as vezes em que aportavam neste porto do Recife novas frotas o surto parecia adquirir nova força. Isto acontecia, como afirma Eustáquio Duarte em seu estudo crítico dentro da obra *Morão, Rosa e Pimenta*, por ser esta uma região de grande importância para o comércio marítimo entre a colônia e a metrópole, fosse pelos movimentos de importação e exportação, fosse como um entreposto que auxiliava no abastecimento das naus que cruzavam o Oceano Atlântico Sul em direção a outros portos – o que levava o surto epidêmico a ganhar novos agentes e, por consequência, aumentar o número de contaminados, tendo em vista, como afirma Eustáquio, “o sangue novo” que chegava. (ANDRADE, 1956, p. 187).¹⁴

Apesar dos inúmeros motivos para considerar a possível expansão do surto pelo contato humano nos portos, o Doutor João Ferreira da Rosa acreditava que a dificuldade em se erradicar a doença não estava relacionada apenas à chegada dos navios, mas sim às “reliquias conservadas” e aos “seminários putritudinosos” que teriam permanecido desde as primeiras manifestações da doença:

Embora atribuindo a relutância do mal às “reliquias conservadas” ou aos “seminários putritudinosos” – estes resquícios que ficavam “das primeiras causas” – verificaria Rosa que o “contágio” do Recife sempre

¹³ Cartas para a Índias. Cartas nº 12 (04/03/1690) e nº 35 (10/12/1691).

¹⁴ Eustáquio assim analisa o motivo dos longos dez anos de contágio devido a atividade portuária: “Já os primeiros testemunhos históricos notavam que os surtos epidêmicos de febre amarela em declínio recrudesciam com a chegada do “sangue novo”, com a carga humana que os navios, a cada abordagem, despejavam nos portos coloniais infectados. Não deve ter sido outra a causa da longa duração do “pestilente contágio” de Pernambuco aqui estudado por Ferreira da Rosa. Essa persistência de quase dez anos foi devida, ao extraordinário movimento portuário do Recife como centro, que era, de grande comércio exportador e, também, à excepcional posição geográfica que fazia dele uma encruzilhada, um entreposto quase obrigatório de abastecimento das naus que cruzavam o Atlântico Sul nas mais variadas direções”. (ANDRADE, 1956, p. 187)

aumentava à chegada de navios do reino: tal o “reacendimento” de 1690, presente a armada que trouxe a Pernambuco o governador marquês de Montebelo; tal o de 1691, quando ancorada entre nós a frota do ano, e do qual resultaria aquela rigorosa campanha profilática imposta pelo Governo a conselho e sob a direção do nosso Autor;¹⁵ tal ainda, o que resultaria da “frota de 1692”, dentre cujas vítimas destacaria Rosa aquele “mancebo de navio, natural do Porto”, que tomado de intenso delírio penetrou na Igreja Matriz do Recife em trajas menores” (ANDRADE, 1956, p. 187)

Para o Doutor Ferreira da Rosa, o problema era muito complexo para ser resumido apenas a fatores locais como os empoçamentos e as imundícies das ruas, praias e rios. Era antes uma confluência das causas celestes, inclusive da ira de Deus contra os pecados cometidos; dos vapores venenosos que muitas vezes chegavam aprisionados dentro de porões de navios e barricas vindas dentro dos mesmos e também das más condições de sepultamento e dos locais onde jaziam os mortos vitimados por esta “contaminação”. (ANDRADE, 1956, p. 159). Embora não concordassem o médico e o governador em muitos pontos, havia algo que constituía um caráter emergencial para ambos: o combate a infecção do ar ou nas palavras do doutor: “a constituição pestilencial”. Observemos o trecho a seguir sobre esta concepção do dr. Ferreira da Rosa:

Opunha Rosa, nesta altura, os polos duma controvérsia que nos dois séculos seguintes se iria definir em termos muitas vezes reciprocamente irreduzíveis. Dum lado a ‘infecção’, dependente de ‘causas locais’ e de mais nada, cuja propagação não se condicionava necessariamente a que tais causas se reproduzissem. [...] Doutro lado a mobilidade de ‘focos epidêmicos’, com a importação do ar confinado nos porões de navios, ou os princípios morbíficos embarcados nas aguadas travessias oceânicas, ou ainda o veneno miasmático das vitualhas de bordo, decompostas nos lugares de origem pelas causas locais, ali, da infecção.¹⁶ (ANDRADE, 1956, p. 159).

¹⁵ “Essa campanha de “vigilância”, como a chamou Ferreira da Rosa, foi por ele posta em prática antes, ainda, da partida da frota para Lisboa: - “E tudo o que foi possível se deu à execução, acendendo-se fogueiras por todas as ruas; limpando-se todas as casas; aromatizando-se todos os lugares; dando-se cemitérios acomodados para os mortos; retirando-se para parte conveniente, fora da povoação, a todos os doentes; não se abrindo as sepulturas primeiras antes purificando-se as superfícies delas; encomendando-se os mais remédios preservativos”, etc. (ANDRADE, 1956, p. 187).

¹⁶ “Dessa possibilidade duma importação de focos epidêmicos não estava muito certo Ferreira da Rosa, mas o Marquês parece que a aceitava. A campanha que os dois planejaram, em todo o caso, malgrado sem quarentena de navios, de algum modo incluía certa forma de intervenção preventiva na raia marítima. (ANDRADE, 1956, p. 159).

O terceiro bando de saúde foi o responsável pela limpeza das ruas chamado de “Bando sobre fazerem-se fogueiras, limpeza das casas, e ruas; e curas dos doentes; e queima das roupas e outros particulares”. (ANDRADE, 1969, p. 164). Esta frente de combate ocupou-se da contaminação à distância, que, segundo o autor, não necessitava do contato entre o doente e outrem, mas dava-se através dos veículos capazes de espalhar a epidemia, como dito por Fracastoro, autor do período moderno citado por Gilberto Osório de Andrade, os *fomes fomites*:

Viciado o ar, porém, não havia só os seminários. Ainda segundo Fracastoro havia também os *fomes fomites*, ou fossem os veículos capazes de disseminar a infecção à distância, mesmo sem comunicação direta entre os indivíduos. Com esses veículos – condutores, ou vetores, como dizemos hoje – entendeu-se o ‘Bando sobre fazerem-se as fogueiras [...]’.

Este bando, como afirma Gilberto Osório (1969), era o bando preferido do marquês de Montebelo, pois foi “aquele em que depositou suas melhores esperanças”. (ANDRADE, 1969, p. 164) tendo em vista que o marquês não concordava com a teoria, do doutor Ferreira da Rosa, sobre ser a causa da epidemia a corrupção do ar, e sim a imundície das casas e ruas:

[...] convencido como estava, a despeito do doutor Ferreira da Rosa o seu tanto relutante, de que não era dos ares que a infecção procedia, mas ‘das casas, ruas e mais lugares imundos da povoação’. (ANDRADE, 1969, p. 164).

O referido bando guiado pelo capitão Manuel Pinto, de acordo com Andrade (1969), saiu a examinar casa por casa – o autor afirmar que somente de casarões deixados pelos holandeses haviam mais de quinhentos. (ANDRADE, 1969, p. 164). Todas as habitações deveriam ser limpas e caiadas; os responsáveis também deveriam tratar do estado dos produtos e alimentos que eram comercializados em lojas e armazéns, além de tomar medidas quanto a objetos pessoais que haviam sido utilizados pelos doentes, como podemos observar na descrição a seguir:

[...] Todas tinham de ser esfregadas, lavadas e caiadas, ‘de modo que nelas, nem em lojas, armazéns; ou vendas haja alguma imundícia, nem se venda mantimento algum que tenha corrupção; ou mau cheiro, que prejudique a saúde e melhoria dos ares’. Das em que tivesse havido doente dos *males*, as esteiras seriam queimadas e em ‘repetidas barreias’ se lavariam os colchões, lençóis, camisas, cobertores, travesseiros, toalhas ‘e mais roupa que tiver servido aos doentes’, nenhuma peça podendo voltar a ser usada antes de passar quarenta dias a fio exposta ao sol, no quaradouro. (ANDRADE, 1969, p. 164).

A citada campanha foi descrita em mínimos detalhes pelo doutor João Ferreira da Rosa, para que todos os procedimentos postos em prática pudessem apresentar os resultados desejados. Assim prescreveu a médico, segundo Andrade, 1969:

[...] ‘alimpando-se assim por fora como por dentro’. Eram ‘abertas as janelas todas, esfoliando-se de todas as impuridades, e teias de aranha’. Conforme ensinara Senerto, lançava-se cal virgem pelo chão, no interior das casas, e ‘água por cima delas’. (ANDRADE, 1969, p. 166).

Após este processo deveriam ser as casas defumadas, procedimento que se fez acompanhar da queima das fogueiras nas ruas. Tanto nas defumações quanto nas fogueiras, o doutor Ferreira da Rosa recomendou o uso de várias ervas aromáticas, como podemos observar no trecho a seguir:

Dos defumadores prescritos para depois de cobertas todas as paredes com cal branca – defumação feita a portas e janelas fechadas, que ‘se não abrirão antes da manhã’ – muitos eram essências tropicais, de fácil alcance no Recife, outros costumavam vir nas frotas de ultramar: murta, incenso, almecega, bálsamo, óleo de copaíba, aroeira, erva-cidreira, molhados antes com vinagre; e mais rosas, sândalo, tragacanto, benjoim, rosmaninho, alecrim, estoraque, almíscar, incenso, enxofre e mirra. (ROSA, 1694, p. 263-264 e 266).

Outra medida profilática praticada em concomitância com as fogueiras foram os “estrondos de artilharia”. (ANDRADE, 1956, p. 159). Embora esta tenha suscitado um verdadeiro escândalo entre a população, o doutor Ferreira da Rosa explicava que “[...] a violência do fogo é uma fera faminta, avidíssima, e inexplicável, que todas as

coisas desfaz [...]” (ANDRADE, 1956, p. 160). Para cumprir esta finalidade, os tiros deveriam seguir um horário específico recomendado pelo doutor:

Os tiros deviam ser disparados ‘na declinação do dia, já nos crepúsculos da noite, e também ao fim da noite nos crepúsculos do dia’, porque seriam esses os instantes mais propícios à dissipação dos vapores. (ANDRADE, 1956, p. 160)

Além da limpeza das casas e lojas e suas devidas defumações, foi estabelecido também pelo dito bando que as ruas deveriam ser varridas diariamente, ficando a frente das casas de responsabilidade de seus moradores. Também deveriam evitar a formação de poças de água, para que delas não se levantassem “os vapores”. (ANDRADE, 1969, p. 165).

As ruas ‘se varrerão infalivelmente todos os dias’, cabendo a cada morador o encargo da parte que lhes fosse fronteira, ‘e depois de varridas não se aguardarão antes se evitarão [...]; e se entulharão com terra todos os alagadiços, e charcos para que não haja vapores que se levantem por causa da umidade deles’. (ANDRADE, 1969, p. 165)

A fim de que a limpeza fosse completa, deveriam acender fogueiras em todas as ruas, becos e mesmo nas praias. E assim cumpriram as ordens do governador: durante quarenta noites foram acesas fogueiras em todas as partes de vila. Nas ruas os moradores se organizavam para que cada um fosse responsável pela fogueira, em um dia da semana, interpolando-se as casas de um lado e do outro da rua. Também definiram quais madeiras e ervas deveriam ser lançadas às fogueiras neste processo de limpeza e purificação do ar, como cita Osório de Andrade:

Por quarenta noites seguidas fogueiras foram acesas nas ruas, travessas, becos e praias depois das Ave Marias; acesas por cada um de cinco moradores em cada dia da semana, ‘intrapalados de uma e de outra banda da rua’, queimando-se nelas, ‘com as mais lenhas, ervas cheirosas, alcatrão, aroeira; e tudo e tudo o mais que conduzir para purificação dos ares’. E porque o pau brasil ‘se vai buscar muitas léguas pelos matos a dentro’, convinha dispensá-lo, uma vez que não faltavam paus para queimar e ‘todas as madeiras daquele clima são fortíssimas e veementíssimas no fogo’, atestariam mais tarde os

zelosos doutores Ferreira da Rosa e Pereira da Gama.¹⁷ (ANDRADE, 1969, p. 165).

Estas práticas de limpeza e queima de fogueiras e elementos aromáticos perpetuaram-se por anos e serviram a outros fora deste país, como nos dá o exemplo Félix Vicq-d'Aviz. Por volta de 1800, houve uma epidemia na cidade do Porto (Portugal), devidos as emanações podres que saíram da Igreja de Santo Idelfonso. Para o combate desta corrupção, deixaram as portas e janelas abertas dia e noite, vigiadas por guardas e queimaram vinagre, além de lavar e limpar toda a estrutura da Igreja, como relatado a seguir:

[...] a epidemia que grassou na cidade do Porto, há alguns anos, causada pela emanação podre da Igreja de Santo Idelfonso, e que para a suspender foi preciso conservar, por longo tempo, as portas abertas de dia e de noite com guardas ao pé, queimar vinagre, lavá-la &c. (VICQ-d'AZIR, 1812, p. 77)

O bando ao qual nos deteremos em mais detalhes neste capítulo é o “Bando para se enterrarem os mortos nas salinas; e se lhes fazerem fogueiras em cima das covas”. Um dos maiores problemas de toda a campanha profilática do Marquês de Montebelo foi justamente o enfrentado por este bando: o de pôr fim aos sepultamentos no interior das Igrejas. Visto que, de acordo com Gilberto Osório de Andrade (1969), somente em 1851 é que haveria de ser inaugurado o primeiro cemitério público do Recife. (ANDRADE, 1969, p. 161-162). Segundo o mesmo autor citado, todo o século XVIII “estaria cheio de quarentenas e até de cemitérios próprios para os amarílicos”, ou seja, para aqueles que foram vitimados pela febre amarela. (ANDRADE, 1969, p. 160).

O propósito de se enterrarem os mortos em outro local que não fossem as Igrejas não só estava embasado pela teoria do doutor Ferreira da Rosa – que acreditava serem os seminários mais perigosos do que as sepulturas, pois os vapores liberados pelos sepulcros em local confinado, como uma Igreja, levavam a um aumento do número de doentes – como também atendia à justificativa de não haver

¹⁷ Pesquisado por Gilberto Osório de Andrade em: *Notícias do que é o achaque do bicho*. In: ANDRADE, Gilberto Osório de. **Morão, Rosa e Pimenta**. 1956, Editora UFPE.

mais espaço físico para tantos sepultamentos, como afirma o autor Gilberto Osório de Andrade o qual relata os rumores da época de não haver mais sepulturas para se darem aos mortos:

[...] chegando a tanto excesso que faltaram sepulturas eclesiásticas para se darem aos mortos, e passavam a se enterrarem no campo; de sorte que os médicos 'que então havia na terra, (os quais eram de mui boa nota)', atribuíram os *males* à represa.¹⁸ (ANDRADE, 1969, p. 143-144)

Como afirmou o doutor Ferreira da Rosa, as sepulturas eram os mais perigosos dos seminários, ainda mais quando eram abertas ainda “verdes” (antes da decomposição completa do sepultado) para nela serem postos mais entes de uma mesma família, como podemos observar no seguinte trecho:

Os seminários mais perigosos eram as sepulturas no interior das igrejas. Comunica-nos o tratadista algumas tintas do quadro de sinistro açodamento que foram os dias cruciais da pestilência. Nos templos dentro das vilas e povoações, abriam-se catacumbas ainda 'verdes' para meter cinco ou seis corpos sucessivamente 'na mesma parte, ou covinha': esposos, pais, irmãos e filhos atropelando-se uns aos outros, no afã de continuar unidos mesmo além da morte. (ANDRADE, 1956, p. 160)

¹⁸ De acordo com Andrade (1969), “Na numerosa troca de correspondências entre a Capitania e as Côrtes sobre o ‘pântano de Olinda’, esta é uma informação obtida pelo governador Duarte Sodré Pereira, em 1733, duns certos Diogo da Silva Velozo e João de Macedo Coimbra e por solicitação del-rei de Portugal. Como a Câmara de Olinda tivesse requerido que se fizesse de pedra e cal o tapamento ‘por se terem arrombado repetidas vezes os que se fizeram de terra’, assim se expressavam os peritos: ‘É manifesto, e portanto inegável, que estando a dita ponte aberta entra por ela a maré grande espaço de terra, em toda a qual se criam umas árvores que chamam mangues, as quais só se produzem na água salgada, e em se fechando a ponte logo estas secam, apodrecem e extinguem, [...] deixando no fundo um lodo (a que os naturais chama de tijuco) tão fétido que pode matar gente; é também experiência certa que todas as águas tomam da qualidade da terra por onde passam, agora perguntamos: que diz, ou segura aos que com tanta ânsia pedem a conservação da ponte tapada, que esta água nem toma nada da qualidade daquele lôdo por onde corre? E que se em um, dois ou três anos não fizer ruim efeito, o faça pelos outros adiante? Bem o experimentamos muito à nossa custa, pois sendo esta terra uma das mais sadias desta América, hoje está tal que há doze anos a esta parte se estão experimentando doenças gerais todos os anos, e bem pública é a que de presente se padece. Confessam os ditos oficiais da Câmara, e assim representam na súplica que fazem a S. Mjde., que naquela parte se lavam as roupas com muita conveniência dos moradores, e por caber em juízo humano, que não sejam nocivas para a saúde as águas em que se lavam roupas, que é força levem consigo mil imundícies de sarnas, boubas, chagas, e pior que tudo de mênstruos de mulheres, não sabemos tal se possa acreditar’. Aqui mesmo em Pernambuco, apoiado em Rivério e outros doutores, alarmara Simão Pinheiro Morão que ‘do sangue mênstruo mais delgado se faz o sarampo, e do mais crasso as bexigas’. (ANDRANDE, 1956, p. 79) In: (ANDRADE, 1969, p. 144).

Sobre a periculosidade das sepulturas dentro das Igrejas, foi escrito em 1812 pelo autor Félix M. Vicq-d'Azir, o *Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades, e nos seus contornos*. Nesta obra o autor traz vários exemplos de epidemias e fatalidades que ocorreram devido à prática de se manterem sepulturas dentro dos espaços de circulação das cidades. O autor cita um exemplo que ocorrera em 1779, da cidade do Porto, em Portugal, na Igreja dos Orfãos, onde uma terrível epidemia de febres vitimou muitas pessoas, devido a uma exumação de um corpo ainda em estado de putrefação, assim como outro que fora exumado na mesma condição na Igreja de Alfarellos. Vejamos a citação do autor:

[...]. Outra epidemia na mesma Cidade (do Porto), em 1779 pela infecção da Igreja dos Orfãos. Na margem esquerda do Rio Mondego desde o Amial até Veride houve (há dez anos pouco mais ou menos) huma terrível epidemia de febres podres exanthematicas de que muitas pessoas forão victmas, motivada pela exumação de hum corpo semipútrido, que estava enterrado na Igreja de Alfarellos, e em cujo lugar apparecerão os primeiros inficionados. [...] Vê-se pois, que as emanações deste gênero são sobre maneira penetrantes, e que ellas alterão a massa dos humores produzindo ou moléstias violentas, ou fazendo perigosas aquellas que sobrevem, e para quaes havião já dsipozições. (VICQ-d'AZIR, 1812, p. 77-78)

Segundo este relato, as contaminações ocorriam pois era praticamente era impossível que as covas possuíssem o mínimo de profundidade que se utilizava normalmente. Eram rasas demais e desprovidas dos maiores zelos, tendo-se em vista a calamidade e o terror provocado pelo alto de número de óbitos em tão curto espaço de tempo dentro de uma mesma casa, por exemplo. Assim descreve Andrade:

Covas tão rasas, tão à superfície, que era fatal se exalar “daquela porção deixada em o cadáver de má qualidade corrompido [...] um vapor lento (como diz Luiz Mercado), ou uma mistura elaborada (como diz Cipriano) fazendo assim o efeito do contágio, ou mostrando-se assim a sua natureza que é uma infecção, que passa de uma parte a outra’. (ANDRADE, 1956, p. 160)

Por esta razão, o doutor Ferreira da Rosa prescreveu, e o Marquês de Montebelo pôs em prática, a ordem de que as covas deveriam ter pelo menos cinco

palmas de profundidade, a terra sobre elas deveria ser bem socada e, depois, deveriam ser queimadas, sobre as covas, fogueiras por pelo menos três dias consecutivos. Por fim, deveriam as mesmas ser ladrilhadas, afim de que não pudessem escapar os vapores venenosos.

A cova teria pelo menos cinco palmas de profundidade, a terra sobre ela bem socada, uma fogueira arder em cima por três dias – ‘à custa da fazenda do defunto se a tiver; e em falta à custa do dinheiro para isso aplicado por minhas ordens conforme a pobreza’ – e em seguida seriam ladrilhadas ‘de modo que não possam sair vapores delas, que prejudiquem os ares’. [...] Tratava-se de purificar o ar ‘viciado pelos vapores de inferiores seminários’. (ANDRADE, 1969, p. 163)

O doutor acreditava que justamente nos dias em que as igrejas estavam mais cheias é que se dava uma maior incidência de acometidos. “[...] a maior parte dos que adoeciam, era nos dias que mais frequentavam as igrejas”. (ANDRADE, 1956, p. 160). Como Andrade exemplifica a seguir sobre experiência do próprio doutor:

Ele próprio e um seu criado, ‘tendo ambos entrado com perfeita saúde na matriz deste Recife, saímos no fim da missa já totalmente doentes, chegando à casa com muito trabalho’. Urgia que se enterrassem os mortos em lugar mais conveniente, o mais remoto possível, ficando os cemitérios ‘em modo, e distância, que os vapores malignos, e contagiosos exalando-se não possam comunicar à povoação’. (ANDRADE, 1956, p. 160)

Assim também justificará Félix Vicq-d’Azir séculos depois, afirmando que o ar confinado dentro das igrejas associado às exalações dos sepultamentos eram capazes de produzir os mais funestos resultados. Postulou o escritor sobre estarem reunidas dentro das igrejas diversas formas de contágio:

O ar encarcerado, aquecido, e privado da sua electricidade he perigoso porsí mesmo, de qualquer corpo que emane, e mesmo quando he produzido da transpiração de pessoas que gozão da mais perfeita saúde. Se pois a transpiração dos doentes, e as exalações dos animaes mortos difundem vapores perniciosos, e se cada huma dessas qualidades pode produzir porsí mesmo as mais funestas consequências; a que perigos não devem expor as inhumações nas Igrejas, onde o ar se acha modificado de muitos modos, e onde as

cauzas de contagio, que em outra parte são divididas, se achão reunidas? (VICQ-d'AZIR, 1812, p. 78)

O mesmo autor supracitado observa que uma outra causa da podridão do ar nas igrejas se dá pela necessidade de se abrirem os sepultos para neles enterrarem novos corpos. “Huma outra cauza que aumenta a podridão do ar contido nas Igrejas, he a necessidade em que está de abrir as sepulturas para enterrarem nelas novos corpos, ou para tirarem os que ahi se achão depositados”. (VICQ-d'AZIR, 1812, p. 79). Este fato de se abrirem as sepulturas para o enterramento de novos cadáveres foi extensamente usado na Igreja da Madre de Deus, quando neste trabalho observamos que não havendo mais locais para os sepultamentos, de acordo com Gilberto Osório de Andrade, se colocavam cinco ou mais de uma mesma família num mesmo sepulcro.

Desta forma, o marquês de Montebelo de pronto dera a ordem de se fazerem os sepultamentos fora dos portais da cidade. O primeiro cemitério feito a essa ordem foram as Salinas, Santo Amaro das Salinas, segundo Osório de Andrade (1956), que até hoje possui edificada em seu redor a Igreja de Santo Amaro das Salinas, construída em 1654, como consta no portal da própria igreja atualmente. Sobre os locais onde foram construídos os outros cemitérios, trataremos melhor através do mapeamento das referidas áreas no terceiro capítulo. O doutor Ferreira da Rosa, em seu Tratado Único, relata como a campanha foi posta em prática pelo marquês de Montebelo, mesmo sem o apoio financeiro e político da Câmara de Olinda.

O lugar das Salinas (Santo Amaro das Salinas), fora de portas nesse tempo, passaria a servir como cemitério. Já que os moradores de Olinda não consentiam em conceder recursos, as fogueiras sobre as covas far-se-iam ‘à custa da fazenda do defunto se a tiver, em vez de à custa das rendas do Senado’. Mais rigorosas exigências impunham-se à limpeza das ruas. As fogueiras queimariam ‘desde a rua das Cinco Pontas até o fim da de Nossa Senhora do Pilar, sem exceção de pessoa, rua, travessa ou beco algum’. Se Olinda resistia à empresa sanitária nem por isso o Recife deixaria de tê-la executada. (ANDRADE, 1956, p. 170)

De acordo com Pereira da Costa, no mesmo ano de 1691, o Marquês de Montebelo dera a ordem de se fazerem os sepultamentos em três locais específicos: na Igreja da Madre de Deus, nas Salinas, como dito anteriormente, e no quintal da

igreja do hospício de Nossa Senhora da Penha, como podemos analisar, no trecho dos Anais Pernambucanos, a seguir:

[...] somente em 1691 resolveu o Marquês de Montebelo, ouvindo os doutores João Ferreira da Rosa e Domingos Pereira da Gama, ambos famosos e celebrados em Pernambuco, na frase do Frei Jaboatão, dar execução à referida ordem, mandando que cessassem as inumações nas igrejas, e passassem a ser feitas, as das vítimas do bairro de Santo Antônio no quintal da igreja do hospício de Nossa Senhora da Penha, então em lugar afastado da povoação, as do Recife no Cemitério da Madre de Deus, e as da Boa Vista nas Salinas, no lugar para semelhante fim indicado pelo bispo diocesano, prescrevendo-se então que as covas deveriam ter a profundidade de cinco palmos, pelo menos, tapadas e bem socada a terra com fogueiras por três dias consecutivos sobre as mesmas, e depois ladrilhadas, - 'de modo que não possam sair os vapores delas'. (COSTA, 1985, p. 269).

Conforme Osório de Andrade, o lugar das Salinas – Santo Amaro das Salinas – é provavelmente hoje o mesmo lugar onde foi instalado o Cemitério dos Ingleses, no bairro de Santo Amaro.

[...] Sepultamento de quem morresse da 'doença dos *males*' não se faria senão no lugar para isso destinado nas Salinas – Santo Amaro das Salinas, provavelmente no mesmo sítio onde pouco mais de cem anos depois, quando de uma das repetidas *razias* da febre amarela, foi instituído o Cemitério dos Ingleses.

Segundo Pereira da Costa, em Carta Régia de 2 de setembro de 1695, retratou-se neste ano o episódio da proibição dos sepultamentos nas igrejas e a nova orientação dos locais de sepultamento daqueles que vieram a óbito devido aos *males*. Na mesma carta, relata também que mesmo as pessoas de influência na sociedade da época não poderiam ser enterradas nas Igrejas, exemplificando com o sepultamento, ocorrido em 1696, do escritor e poeta Gregório de Matos que foi realizado no Cemitério da Penha. Após 1698, os enterramentos voltaram a ser realizados dentro de igrejas até 1850, quando, segundo o mesmo autor, foi criado o primeiro cemitério público. (COSTA, 1985, p. 271-272). Analisemos o excerto a seguir:

Enfim, aparece ainda sobre os *males*, a carta régia de 2 de setembro de 1695, dirigida ao governador Caetano de Melo de Castro, da qual consta: que os achaques, que há anos tiveram começo em Pernambuco, foram com maior veemência no Recife, e quando principiavam as primeiras águas, e com elas se levantavam os vapores, entendendo-se ser causa principal da não extinção do mal, o enterramento de cadáveres que continuamente se faziam no limitado recinto do Recife e bairro de Santo Antônio; e que em vista disto o governador, de acordo com o Cabido, resolveu estabelecer cemitérios em lugares mais proporcionados a este intento, e fora da povoação, para enterramento geral, menos, porém, os cadáveres das pessoas principais que não morressem dos ditos *males*, aos quais se daria sepultura nas igrejas e ermidas de fora; ao mesmo tempo foi prorrogada por mais seis anos a ordem de se não abrirem sepulturas nas igrejas; e porque as fogueiras que os médicos indicavam em seu parecer podiam servir de grande preservação do mal, foi ordenado se continuasse o seu uso, contanto que não fossem nas igrejas, nem feitas de pau-brasil, mas sim de outra qualquer madeira.

Foi em obediência a essa proibição de enterramentos nas igrejas, em observância da carta régia de 27 de novembro de 1685, como vimos, e a que o povo dava o nome de *Pragmática de S. Majestade para se enterrarem em a Penha de França*, que ainda em 1696, falecendo no Recife o notável poeta Dr. Gregório de Matos Guerra, foi sepultado no cemitério da Penha, vindo dessa proibição a extinção do contágio, como assim se expressa a carta régia de 16 de dezembro de 1698; mas depois voltou a prática antiga de sepulturas nas igrejas, que perdurou até à fundação do cemitério público em 1850. (COSTA, 1985, p. 271-272).

Esta medida de cessarem os sepultamentos no interior das igrejas, já havia sido mencionada, conforme Andrade (1969), em uma outra carta régia – a qual o autor não cita a data – a mesma que ordenada o desmontar da represa do Varadouro – que narrava sobre as dificuldades de uma igreja do Recife, segundo o autor não mencionada, onde se entulhavam já o chão e algumas paredes da Igreja com sepultamentos, tendo sido abertos vários dos jazigos ainda “verdes” para se inumar novos cadáveres. Este episódio ocorreu, hoje sabidamente, na Igreja da Madre de Deus¹⁹. E pautando-se neste documento poderíamos fazer a relação com os restos mortais encontrados na parte externa da Igreja nos anos de 2006-2007 em escavação do Projeto Monumenta, coordenado pelo Iphan, tanto na calçada frontal quanto na lateral esquerda da igreja. É provável que por não haver mais espaço dentro da Igreja

¹⁹ De acordo com Gilberto Osório de Andrade (1969), Pereira da Costa em sua obra *Anais Pernambucanos*, IV p. 266. “Flávio Guerra identifica esse templo atulhado de defuntos como sendo a primitiva igreja da Madre de Deus, dos padres da Congregação do Oratório de São Filipi Néri”. (ANDRADE, 1969, p. 162-163)

vários enterramentos tenham sido depositados no exterior para dar espaço aos novos cadáveres que chegavam. Vejamos o excerto abaixo:

Uma ordem anterior de Lisboa nesse sentido, formulada na mesma carta régia que mandara desmontar a represa do Varadouro, fundara-se nas queixas recebidas da Capitania, de que se atulhavam os chãos e paredes de certa igreja do Recife – igreja que a carta régia não identificou qual fosse – com defuntos sem conta e abriam-se de vez em quando sepulturas ainda verdes para inumar os parentes do morto; de sorte que o governador Souto Maior era instruído para não consentir ‘que de nenhuma maneira se abra dentro do dito templo sepultura alguma, e que para os que novamente morrerem se destine lugar sagrado fora da igreja, pondo-se sinais sobre as sepulturas para que por erro não se abram, advertindo que sejam profundas, para que assim fiquem mais cobertos os ditos corpos, e o ar mais livre de seus vapores’. (ANDRADE, 1969, p. 162)

Uma vez que havia apenas uma igreja no Recife, segundo a Carta régia transcrita por Pereira da Costa nos *Anais Pernambucanos*, não se deveriam ser abertas mais sepulturas na mesma, como citado no trecho acima. Tal ordem foi cumprida à risca pelo Marquês de Montebelo que, não apenas zelou pela sua execução, como também prorrogou por mais seis anos a proibição se se fazerem sepultamentos nesta dita “só igreja do Recife”. (ANDRADE, 1956, p. 171).

O doutor João Ferreira da Rosa, em seu *Tratado Único, na Dúvida IV: Qual deve ser a precaução desta Constituição, enquanto a causa comum*, orienta também quais deveriam ser os procedimentos quanto as sepulturas que já existiam dentro das igrejas e em seus arredores. Pedia que fosse renovada a areia do chão com cal e que se pusesse uma laje sobre os mesmos, ou que pelo menos, se colocassem tijolos duplos assentados com bastante cal, como podemos observar na transcrição abaixo:

16 – As sepulturas, que já estão feitas dentro da povoação, dentro das igrejas, e fora delas nos seus adros com menos vigilância do que pedia tal negócio (que já hoje fora pior tocá-las) aconselho, para que não fique a evaporação tão livre, que nos ditos lugares se renove o chão de cal com areia em boa liga, lageando-se por cima; ou ao menos com dobrados tijolos em muita cal. (ROSA, 1694, p. 41).

Como pudemos observar as medidas profiláticas foram postas em curso pelo Marquês de Montebelo com bastante fervor, a despeito dos obstáculos encontrados em todos os horizontes; desde a não aceitação e financiamento da Câmara de Olinda até a própria população que não aceitava de pronto algumas das medidas impostas, como por exemplo a do fim dos sepultamentos nas igrejas; e outras que envolviam problemas antigos, como o da prostituição na região. As medidas perduraram pelo menos até o governo seguinte, quando já havia no Reino a notícia do recrudescimento da doença no Recife.

Capítulo 3

As consequências após Montebelo

Em harmonia com os dados levantados por Gilberto Osório de Andrade, após o retorno do Marquês de Montebelo a Portugal, assumiu em seu lugar Caetano de Melo e Castro em 1693. Segundo o autor, os *males* ainda atacavam a vila neste período, mas já de forma moderada. E pressupõe-se que as medidas sanitárias tenham sido abrandadas pelo novo governador, consoante Andrade, pois em 1695 quando houve uma nova onda de contágio da epidemia dos *males*, o governador enviou uma carta a majestade para consulta sobre se fazerem os enterramentos fora da cidade e de se acenderem as fogueiras. Depreende-se deste fato que as medidas haviam sido pelo menos reduzidas. Embora os doutores João Ferreira da Rosa e Pereira da Gama ainda estivessem no Recife neste referido período.

Quando Caetano de Melo e Castro se investiu, em 1693, no Governo da Capitania, ainda grassavam os *males*, mas com moderação. Dois anos depois aconteceu que assumiram particular violência: é 10 de maio de 1695 a carta em que o Governador se dirige a Sua Majestade, referindo a experiência da ditadura Montebelo-Rosa, a fim de consultá-lo sobre a conveniência de enterrar fora do povoado e de acender fogueiras sobre as sepulturas. Provavelmente aquelas precauções estavam sendo ou tinham sido abandonadas, embora Ferreira da Rosa e Pereira da Gama ainda permanecessem no Recife. (ANDRADE, 1956, p. 170)

Após a saída do Marquês de Montebelo do governo, o doutor João Ferreira da Rosa parece ter encontrado mais liberdade em reafirmar, segundo suas teorias e pesquisas, quais os verdadeiros elementos responsáveis pelo surto epidêmico e por sua continuidade e proliferação pela região. Em certidão escrita em 29 de abril de 1695, escrita por Pereira da Gama e assinada também por Ferreira da Rosa, atendendo ao Governador Caetano de Melo, sobre a conveniência de se fazerem os sepultamentos fora da cidade. Os doutores relatando o já conhecimento das novas causas dos surtos que haviam agora retornado com bastante força apontam que um eclipse do Sol que houve em dezembro de 1664 e que corrompendo os ares como

dantes, deveriam agora ter muito cuidado em se abrirem as ditas sepulturas. (ANDRADE, 1956, p. 170). Como vemos na transcrição feita por Andrade:

É com efeito, datada do Recife a certidão de 29 de abril de 1695, escrita de próprio punho por Pereira da Gama e assinada, também, por Ferreira da Rosa, em que ambos atendem à determinação de Caetano de Melo e Castro no sentido de que dissessem 'sobre se convém abrirem-se sepulturas dentro do povoado'. Registra o documento que 'há dois anos a esta parte se experimentara já muito diminuto (o contágio), e este presente ano, o achamos mais aumentado pelos sintomas que vemos, pois vão dando com a mesma força que no princípio, e como temos nova causa a que podemos atribuir esta nova alteração, ou de quem podemos temer que ocorra para maior contágio, como é o espantoso eclipse do Sol que houve em 16 de dezembro de 1694, o qual principiou pelas duas horas da tarde até às 4 em que se eclipsou deixando tudo às escuras... se deve ter muito cuidado em se não abrirem as tais sepulturas'. (ANDRADE, 1956, p. 170)

Em conformidade com as informações que agora chegavam da colônia, el-Rei mandou que Montebelo, estando em Lisboa, elaborasse também um parecer sobre o assunto. O Marquês escreveu e enviou junto cópia das cartas escritas ao doutor Ferreira da Rosa e aos bandos da saúde, em 1691. Desta forma os conselheiros do Conselho de Ultramar resolveram que seria de bom censo continuarem os sepultamentos fora das dependências da cidade, como podemos analisar a seguir:

Mandou el-Rei que Montebelo, em Lisboa, falasse sobre o assunto; a informação do Marquês fez-se acompanhar de cópias da carta de 19 de abril de 1691, que escrevera a Ferreira da Rosa, e dos 'bandos' decretados depois. O processo está encerrado por um parecer do Conselho Ultramarino. Os conselheiros conde de Alvar, João de Sepulveda e Matos, Bernardino Freire de Andrada e Joseph de Freitas Serrão opinam todos que seria 'muito útil' continuar proibindo o enterramento dentro das igrejas e determinando se acendessem fogueiras sobre as catacumbas. [...] el-Rei, por solicitação de Montebelo e no governo deste, baixara ordem expressa de que se não abrissem, pelo prazo de seis anos, sepulturas dentro das igrejas: 'e se observou inviolavelmente a dita ordem – certifica o Marquês – o tempo todo que governei aquela Capitania, com as mais circunstâncias e reparos que me pareceram convenientes'. (ANDRADE, 1956, p. 170)

E o conselho julgou o evento da seguinte forma:

‘[...] suposto esta ordem que se insinua se expediu... não fosse por este tribunal’, admite, porém, que ‘Vossa Majestade se sirva de que se prorogue por outros seis, se tanto parecer que é necessário, na consideração de que poderão ser mui danosos os vapores que saem destes cemitérios, e causa que se (ilegível) os repetidos males que naquela terra tão lastimosamente se tem sentido com tanta perda dos vassallos de Vossa Majestade’. (ANDRADE, 1956, p. 171)

Nestas informações que Montebelo prestou a el –Rei, sentia-se frustrado por ver que suas medidas preventivas em Pernambuco tinham sido reduzidas apenas a questão de os sepultamentos serem feitos fora das igrejas. Afinal, o agora ex-governador, que lutou tanto para que se fizessem a limpeza e remodelação das casas, lojas e armazéns. (ANDRADE, 1956, p. 172). Acreditava ele que a causa maior era a imundície física e moral daquele achaque. Como poderiam se evitar os contágios, de acordo com Montebelo, se não cuidavam mais da destruição e limpeza dos objetos utilizados pelos doentes, nem da limpeza das ruas e casas e nem das praias? E nem muito menos se confinavam os doentes em hospitais próprios para o tratamento da citada epidemia? Havia então uma providência para os vivos, mas apenas uma preocupação com os mortos, em seu ponto de vista. Assim queixava-se Montebelo: “Que importa toda precaução e providência em prevenir a forma das sepulturas dos mortos, se para os vivos (quero dizer os doentes do mesmo mal) não houve igual precaução ou providência”? (ANDRADE, 1956, p. 172)

Vejamos o que foi apresentado por Gilberto Osório de Andrade em sua análise sobre este episódio:

Nessa informação prestada a el-Rei o bravo Montebelo estranha, desolado, que em Pernambuco estivesse a prevenção reduzida a proibir inumações no recinto dos templos, e a acender fogueiras sobre as covas. Por isso é que juntou as cópias dos ‘bandos’ de 1691, onde ‘se achara tudo quanto naquele tempo se executou... com tanta utilidade na melhora, que no ano de 693 em que saí do Brasil não somente não adoeceu pessoa alguma da terra, mas entrei neste porto aos 15 de novembro do mesmo ano sem botar um só homem ao mar’. (ANDRADE, 1956, p. 172)

Devido as políticas de sepultamento que continuaram em áreas mais afastadas, como já explicitado anteriormente: no cemitério posto ao lado da Igreja da Penha, na

Igreja da Madre de Deus e nas salinas de Santo Amaro, faremos agora uma leitura de mapas e plantas do Recife ao longo do século XVII e XVIII tomando estes três pontos referidos como principal foco, na estimativa que com as comparações feitas com mapas da atualidade – resguardando-se as diferenças de pontos geográficos e de proporção dos mesmo, visto que foram feitas em tempos distintos gerando assim, possíveis desvios de posição – possibilitar as pesquisas arqueológicas futuras compreenderem com maior velocidade do que se tratam os possíveis Sítios que venham a ser evidenciados nestas regiões.

Iniciaremos com a Igreja da Madre de Deus. Esta Igreja foi edificada quando da construção do Convento dos padres da Congregação de São Filipe Néri. De acordo com a autora Tereza Simis, em sua Dissertação de Mestrado, em fins do século XVII foi construída uma fortificação no bairro do Recife, por volta de 1684, onde o forte acumularia o solo aluviado pelas águas possibilitando novas construções. O empreendimento foi realizado, grande parte, pelo português Antônio Fernandes de Matos, que logo foi chamada de Fortaleza da Madre de Deus e São Pedro, mas depois ficou conhecida pelo nome de seu construtor. (SIMIS, 2005, p. 25). Vejamos abaixo no detalhe do plano da Vila de Santo Antônio a indicação da Igreja da Madre de Deus:

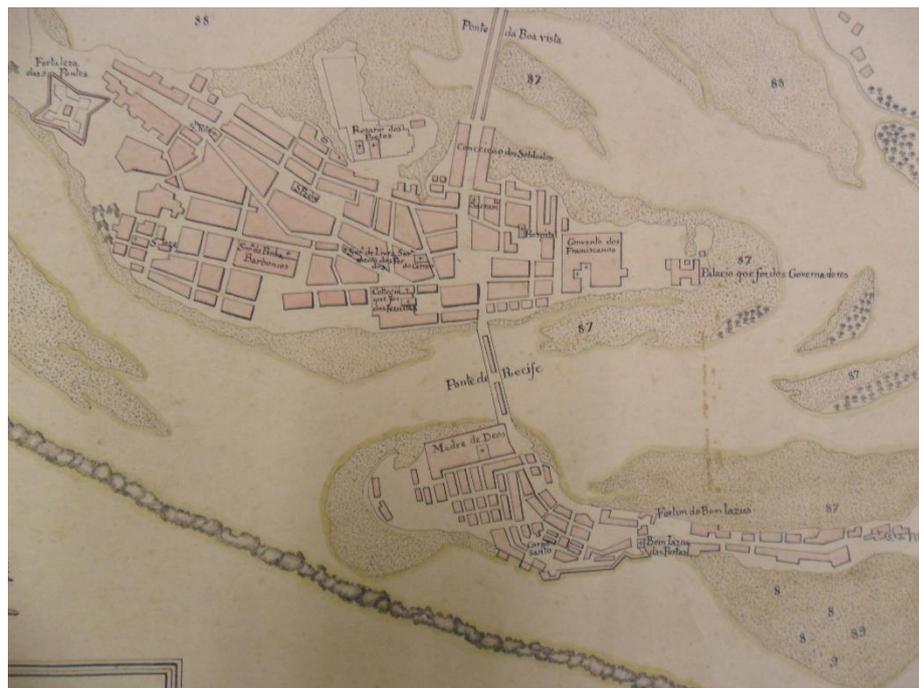


Figura 7 - Plano Villa de Santo Antônio. Séc. XVII. Fonte: Lapeh

Durante os anos de 2006 e 2007 durante o processo de restauração da Igreja da Madre de Deus pelo projeto Monumenta, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), foram encontrados vários crânios humanos na calçada frontal voltada para a Rua da Madre de Deus, assim como na lateral direita da Igreja. Apesar de não ter obtido o acesso ao material ou relatório, salvaguardado pelo Iphan, devido a problemas de arquivamento da mesma instituição, nos foi possível ter acesso a algumas imagens do material através de um boletim divulgado pelo portal da Unicap (Universidade Católica) no ano de 2007. A escavação teve início no dia 12 de setembro de 2007 e, de acordo com o arqueólogo professor Albérico Nogueira, até o dia 20 de setembro haviam sido evidenciados dez esqueletos, inclusive de uma criança de aproximadamente oito anos.

Até agora, as escavações evidenciaram dez esqueletos humanos de indigentes, entre eles o de uma criança de aproximadamente oito anos. A causa mais provável da morte sugere uma epidemia de febre amarela que assolou o Recife em 1685, e matou cerca de 700 pessoas. A outra hipótese indica a ideia de que os ossos foram transferidos da igreja do Corpo Santo, demolida em 1913 para a reforma do Porto do Recife. (Boletim Site da Unicap, 2007.)²⁰

Apesar de o professor ter citado o número de 700 vitimados, já obtivemos nesta pesquisa, através de documentação do Arquivo Ultramarino, números superiores a 2.000 mortos. Vejamos a seguir duas fotografias²¹ referentes a esta escavação. Na figura oito observamos o trabalho laboratorial de análise e limpeza dos ossos. Na figura nove podemos ver o memento em que foram evidenciados os sepultamentos *in situ*. Como citado acima pelo professor Albérico, é provável que não se tenha evidenciado tantos enterramentos devido a possível transferência dos mesmos para a Igreja do Corpo Santo, que hoje não existe mais devido ao Porto do Recife. Na figura sete (acima) é possível visualizar também a localização da Igreja do Corpo Santo.

²⁰ Citação retirada da página:

http://www.unicap.br/assecom2/boletim/2007/setembro/boletim_20.09.2007.html Acessado em 09/08/2018.

²¹ Fotografias obtidas através do site:

http://www.unicap.br/assecom2/boletim/2007/setembro/boletim_20.09.2007.html Acessado em 09/08/2018.

Thiago César



Figura 8 - Laboratório de Arqueologia da Unicap onde visualiza-se um dos crânios resgatados na Madre de Deus. Fonte: Site da Unicap.

Thiago César



Figura 9 - Fotografia da escavação na calçada lateral direita da Igreja da Madre de Deus. Fonte: site da Unicap.

Anteriormente, segundo consta no mesmo boletim já citado, foram encontrados no pátio da Igreja outras ossadas no ano de 2003.

As ossadas do pátio da Igreja da Madre de Deus surgiram em 2003, na época em que estava sendo construído um reservatório de água para a conclusão da reforma do templo. Na ocasião, o Iphan recomendou a suspensão das obras e o salvamento do material arqueológico". (Boletim Site da Unicap, 2007.)

Vejamos um mapeamento mais atualizado da região da Igreja da Madre de Deus. A nossa intenção é que estas comparações de localização possam auxiliar

prospecções arqueológicas futuras, na identificação de sepultamentos relacionados ao período desta epidemia no Recife.

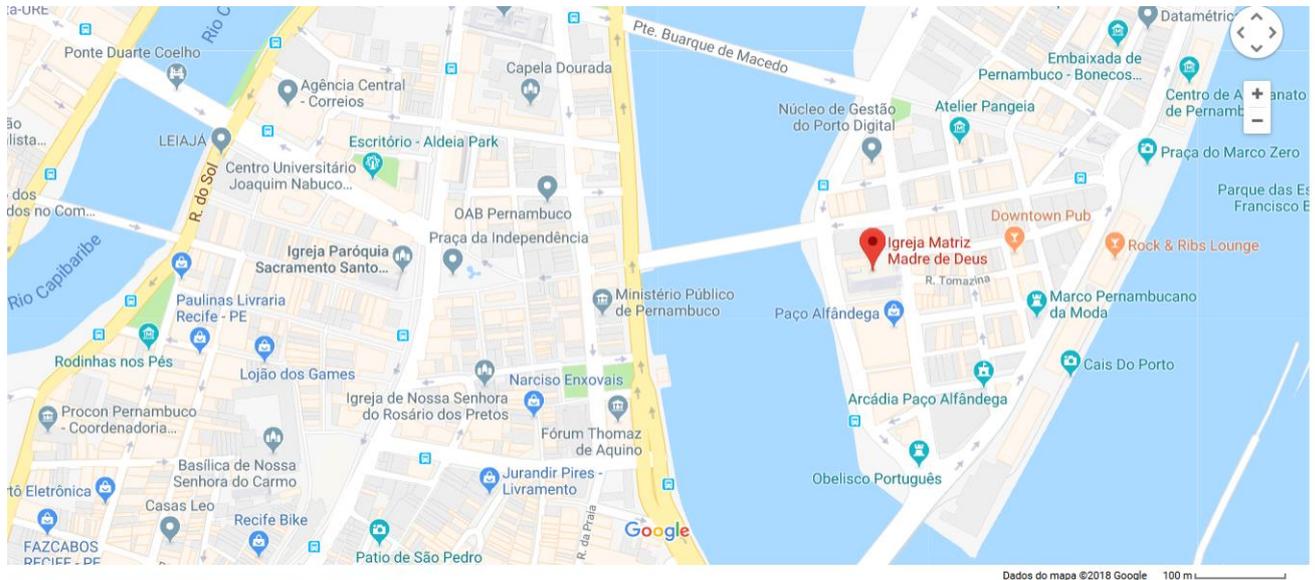


Figura 10 - Mapa do bairro do Recife. Fonte: Google maps

Mesmo não existindo mais o cemitério externo citado pelo doutor João Ferreira da Rosa, onde o mesmo recomendou que se cobrisse com cal nova e ladrilhos a parte onde estavam os que foram exumados de suas covas ainda verdes, é possível que novas evidências arqueológicas sejam descobertas neste bairro que apresenta ainda muito a ser descoberto sobre a história de Pernambuco. Como exemplo disto podemos citar a Vila Matos que foi evidenciada na Rua da Moeda, quando sua localização era confirmada por estudiosos e pesquisadores que meio de documentos antigos e mapas comparativos, nas proximidades da Avenida Rio Branco.

O segundo ponto demarcado pelo governador Marquês de Montebelo e citado também pelo autor Pereira da Costa foi o quintal da igreja do hospício de Nossa Senhora da Penha, onde deveriam ser sepultados os vitimados do bairro de Santo Antônio. De acordo com o mesmo autor, na época esta igreja estava afastada da povoação. Vejamos nas imagens a seguir a localização desta igreja.



Figura 12 - Igreja e convento de Nossa Senhora da Penha (destaque). Fonte: MENEZES, 1988, p. 65.

Observaremos no mapa a seguir, elaborado também por Mota Menezes, baseado em um mapa de 1808, que no local onde antes era representada a cruz, agora há apenas um quadrado vazio. Não podemos afirmar sem provas documentais, mas parece um indício de transferência do dito cemitério para outro local, da mesma maneira como se levantou a hipótese de o cemitério da Madre de Deus ter sido deslocado para a Igreja do Corpo Santo, onde na atualidade encontra-se em seu lugar o Porto do Recife. Com as reformas urbanísticas realizadas no século XIX é possível que tenham sido remanejados os restos mortais para outra localidade. De qualquer forma, as escavações arqueológicas futuras que, por ventura, venham a ser realizadas nesta localidade, poderão evidenciar se houve realmente seu deslocamento, ou se as construções modernas simplesmente ocuparam o lugar onde antes se realizou os sepultamentos dos vitimados pelos *males*. A segunda hipótese aqui suscitada, de as estruturas modernas terem simplesmente coberto o cemitério não soam absurdas quando tomamos o exemplo do cemitério do Pilar (trataremos

mais adiante), onde os enterramentos evidenciados estavam abaixo de estruturas habitacionais construídas no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Vejamos:



Figura 13 - Igreja e Convento de Nossa Senhora da Penha - Mapa referenciado em 1808. Fonte: MENEZES, p. 72-73. 1988.

Embora não possamos afirmar, no atual estágio desta pesquisa, se o dito cemitério se encontra no mesmo local ou não, existe a possibilidade serem encontrados vestígios, assim como se encontrou na Igreja da Madre de Deus, mesmo que – como aqui foi apresentada a hipótese de sua transferência para a Igreja do Corpo Santo – o volume principal de enterrados tenha sido deslocado para outras localidades. Em visita aos acervos das Igrejas Matriz do Santíssimo Sacramento e também da Basílica de Nossa Senhora da Penha não nos foi possível encontrar documentação referente a este período, pois as documentações mais antigas conservadas pelas mesmas eram já do século XIX. E o da Igreja da Madre de Deus, infelizmente, foi perdido na década de 70 durante um incêndio que aconteceu na mesma.

O Sítio Arqueológico do Pilar foi evidenciado entre os anos de 2010 e 2013 durante a realização do projeto de Revitalização do Bairro do Recife da Prefeitura do Recife. “O Polo Pilar está localizado ao norte da Ilha do Recife e equivale à área de habitação da Comunidade do Pilar, antiga Favela do Rato”. (FREITAS, p. 99, 2016).

Quando o Sítio do Pilar foi evidenciado acreditou-se ser um dos cemitérios utilizados para o sepultamento dos vitimados pelos *males*, pois em muitas covas haviam dois indivíduos. No entanto, após a datação dos ossos pela análise do C₁₄ verificou-se que estes foram enterrados no período de 1600 a 1630, fora do episódio dos *males* que foi de 1685 a aproximadamente 1700. Mesmo assim citaremos este Sítio Arqueológico como exemplo de iniciativa de enterramentos fora dos portais e fora das igrejas da futura cidade do Recife. Vejamos abaixo algumas imagens referentes a localização do Sítio do Pilar e também imagens das escavações quando foram evidenciados os sepultamentos.



Figura 14 - Mapa mostrando no bairro do Recife a localização da intervenção arqueológica na cor rosa. Fonte: FREITAS, p. 99, 2016.²²

A seguir imagens do sítio onde é possível visualizar, em alguns casos, dois sepultamentos por cova. No total foram evidenciados 45 enterramentos, mas é

²² Em vermelho Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – ZEPH 09; em amarelo Setor de Renovação Urbana; em rosa Área de Intervenção Arqueológica. Fonte: (SERIDÓ, 2012, p.6) In: FREITAS, p. 99, 2016.

provável que existam mais, pois os mesmos estavam localizados abaixo de estruturas construtivas modernas, de acordo com o relatório publicado pela equipe de Arqueologia da UFPE, referentes aos séculos XVIII e XIX. (PESSIS, et al. p.12, 2013)



Figura 15 - Vestígios de estruturas construtivas de duas edificações, construídas em momento posterior a utilização do local como cemitério; observa-se a distância de 30 a 40 cm acima dos sepultamentos. FONTE: PESSIS, et al. p. 12, 2013)



Figura 16 - Evidenciação de dois esqueletos. Fonte: Fundação Seridó, XII Relatório Técnico, 2013. In: FREITAS, p. 117, 2016.



Figura 17 - Evidenciação de esqueletos com diferentes articulações dos membros superiores.
Fonte: Fundação Seridó, XII Relatório Técnico, 2013. In: FREITAS, p. 117, 2016.

A citação do Sítio do Pilar, como explicitado anteriormente, serviu apenas como exemplo da utilização das ferramentas de pesquisa histórica nos procedimentos arqueológicos. Neste caso específico, houve a hipótese de ser um dos cemitérios amarílicos, mas a comprovação da análise do C_{14} mostrou ser de um momento anterior. Mesmo assim, configura como um elemento acelerador dos resultados de pesquisa. A documentação histórica apontou este achado como sendo parte do que fora o hospital do Pilar utilizado pelos holandeses durante o período de invasão. No caso o dito hospital foi a antiga Igreja do Pilar.

O próximo exemplo é o Cemitério das Salinas de Santo Amaro. Local definido pela governança do período dos *males* para serem sepultados os moradores da Boa Vista que viessem a óbito por aquele contágio. De acordo com Pereira da Costa, como citado no capítulo segundo, o local chamado de Santo Amaro das Salinas, que estava fora dos portais da cidade, é hoje o local do Cemitério dos Ingleses e seu entorno. Provavelmente, de acordo como mesmo autor, o Cemitério dos Ingleses foi instalado na mesma localidade cerca de cem anos depois. No local ainda está de pé a antiga Igreja de Santo Amaro das Salinas, construída em 1654. Não há evidências nos bancos de dados do Iphan, assim como nos da Universidade Federal de Pernambuco,

de que tenha sido realizada alguma escavação arqueológica no local até o presente momento. Dessa forma, esperamos que no futuro, havendo alguma prospecção arqueológica nesta localidade possa-se confirmar o que os documentos históricos têm apontado até então.

Vejamos alguns mapas que mostram a localidade das Salinas:

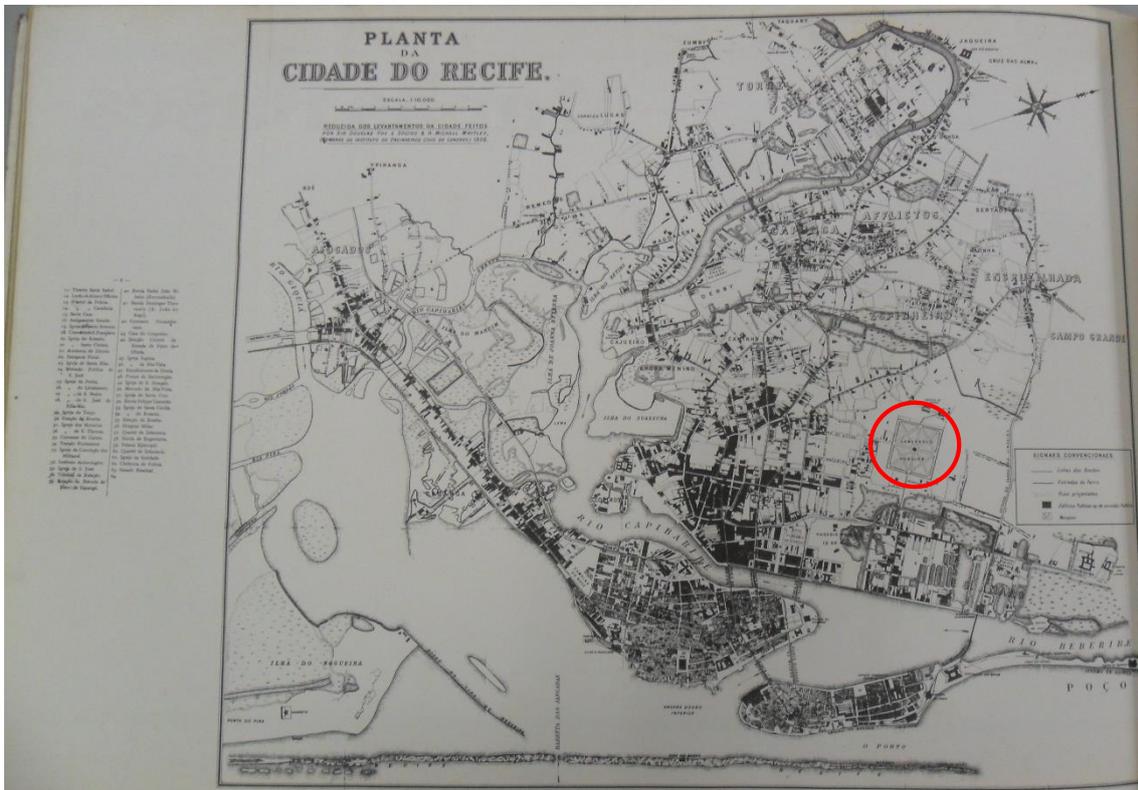


Figura 18 - Planta da Vila do Recife. Fonte: MENEZES, p. 117, 1988.

A região das Salinas estava distante das moradias da Boa Vista ainda no início do século XVIII, portanto próxima aos manguezais. A seguir a mesma imagem com maior aproximação em zoom da área da praça de Santo Amaro, as margens do Rio Beberibe. Na imagem acima em destaque no círculo vermelho está o Cemitério de Santo Amaro. No mapa abaixo é possível visualizar o Forte do Brum e a localidade do Cemitério dos Ingleses, onde, nestas cercanias, provavelmente foram enterrados os vitimados pelos *males*.



Figura 19 - Planta da Vila do Recife. Aproximação da Praça de Santo Amaro. Fonte: MENEZES, p. 117, 1988.

Na figura acima destacamos com a seta o Forte do Brum e na região circulada as imediações do cemitério.



Figura 20 - Mapa atual do Bairro de Santo Amaro. Em destaque o Cemitério dos Ingleses. Fonte: Google maps.²³

²³ Mapa acessado: <https://www.google.com.br/maps/place/Cemit%C3%A9rio+dos+Ingleses/@-8.0471365,-34.8757778,17.25z/data=!4m5!3m4!1s0x7ab188e4b7b23c1:0xb2a690483bd5ddba!8m2!3d-8.0473723!4d-34.876561> em 21/08/2018 as 16:00.

Comparando-se os dois mapas conseguimos ter uma ideia da área total do que foi chamado de Salinas, que hoje compreende o cemitério, a ETEASD (Escola Técnica Estadual Almirante Soares Dutra) e a Igreja de Santo Amaro das Salinas. Como esta região também está configurada dentro do território de proteção ao patrimônio, é possível que em restaurações futuras possam haver equipes de arqueologia acompanhando o processo e talvez se possa coletar mais evidências sobre a localização exata onde foram enterrados os vitimados pelos *males* entre 1691 e 1720, data aproximada do fim do surto epidêmico.

Com este Cemitério terminamos a demonstração das localidades apontadas pelas obras e documentações analisadas neste trabalho de dissertação: A Igreja da Madre de Deus, o oitão da Igreja de Nossa Senhora da Penha e as Salinas de Santo Amaro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho nos propusemos a compreender as políticas públicas de saneamento e combate aos *males* no Recife do século XVII. Apresentamos no Capítulo 2 a forma como o Marquês de Montebelo pôs em prática as teorias apontadas pelo Doutor João Ferreira da Rosa através dos chamados Bandos de saúde. O conhecimento dos detalhes de cada uma das práticas adotadas só foi possível através da análise do *Tratado Único da Constituição Pestilencial* escrito pelo Dr. João Ferreira da Rosa e das obras do autor Gilberto Osório de Andrade em especial da obra *Montebelo, os Males e os Mascates*. A partir destas duas fontes bibliográficas nos foi apontada as fontes documentais, sobretudo as que estavam nos *Arquivos Históricos Ultramarinos* (AHU) que conjuntamente com as análises de outros autores como Pereira da Costa na sua obra *Anais Pernambucanos*, pudemos estabelecer as localidades dos cemitérios onde foram sepultados os que faleceram vitimados por este surto epidêmico no Capítulo 3 onde realizamos a associação entre os fatos históricos levantados nesta pesquisa com as fontes arqueológicas, ou seja, os mapas e os Sítios onde foram evidenciados restos mortais humanos. Desta forma alcançamos nossos objetivos gerais que partiam da compreensão do que foi feito enquanto medidas adotadas pelos governantes e também conseguimos elencar as posições aproximadas dos locais de sepultamento utilizados durante este período.

O nosso principal objetivo neste trabalho foi o de tratar o corpo factual histórico transformando-o em uma ferramenta capaz de corroborar ou invalidar com mais rapidez as teorias que são postuladas durante as pesquisas arqueológicas. Um exemplo bem-sucedido neste trabalho foi o apresentado pelo exemplo do Sítio Arqueológico do Pilar. Durante as escavações postulou-se, devido a profundidade dos enterramentos, como evidenciado no capítulo terceiro, pudesse ser um dos cemitérios utilizados durante o governo do Marques de Montebelo. Se no período da escavação, já houvesse um levantamento detalhado historicamente falando, tendo em vista que o aparato histórico é dificilmente utilizado em primeira instância nas escavações arqueológicas de nosso estado, talvez tivesse havido um ganho em questão de tempo de análise, no que tange as análises do C₁₄, que foram as responsáveis por invalidar a teoria histórica. Outro ponto em que a História foi uma ferramenta adequada a análise foi durante as prospecções da Igreja da Madre de Deus. Durante as primeiras

identificações do material, postulou-se que se tratavam de exumações de indivíduos que não puderam arcar com os gastos em manutenção dos jazigos internos da Igreja e que, portanto, foram depositados em valas comuns na área externa da Igreja. Já os apontamentos históricos, principalmente os relatos do Doutor João Ferreira da Rosa, nos mostraram que o problema na época foi realmente a falta de espaço no interior da Igreja, o que levou a muitas sepulturas ainda “verdes” serem abertas e por consequência seus restos depositados na parte externa da Igreja; onde o próprio doutor recomendou que fosse coberto com cal de boa qualidade e se construísse uma proteção de tijolos sobre o chão para impedir os ares contaminados de saírem das covas. Também foi levantada a hipótese de terem os restos nos séculos seguintes terem sido transferidos para a Igreja do Corpo Santo, onde em seu lugar hoje localiza-se o Porto do Recife.

Por fim citamos Gilberto Osório de Andrade que constata a eficácia das práticas adotadas no combate ao surto epidêmico, que embora fosse desconhecida a verdadeira causa por seus contemporâneos, foi suficiente para controlar a proliferação dos verdadeiros vetores da doença:

Concebida na total ignorância, embora, do mosquito vetor da infecção amarílica, mas em função dum já pressentimento do vírus, a campanha de 1691 foi pioneira e precursora. De resto, com tantas fogueiras, aspersões aromáticas, fumigações, barreiras e desinfecções o mosquito deve ter tido reduzidas ao mínimo as condições de sua ecologia, particularmente doméstica. A política higiênico sanitária de Montebelo em Pernambuco nada faltou, praticamente, do que podia ser concebido e posto em prática no tempo. Veem-se dos ‘bandos’ visitas de saúde aos navios surtos no porto; isolamento dos enfermos em hospital para esse fim aparelhado; participação compulsória do óbito para controle profilático e estatístico e sepultamento condicionado à declaração da *causa mortis*; desinfecção de interiores, desinfecção ou destruição das roupas e demais pertences das vítimas dos *males*; limpeza obrigatória dos logradouros públicos, armazéns e domicílios; fiscalização e ronda sanitária, polícia de costumes, repressão ao exercício ilegal da Medicina ... Nada disso voltara a se fazer sob o governo de Caetano de Melo e Castro. Cuidava-se tão só e bizantinamente de como se deviam enterrar os defuntos. (ANDRADE, 1956, p. 172)

Reunindo as informações coletadas pelos autores neste trabalho citados e confrontando com estes documentos cartográficos, e na medida do possível, com material arqueológico, construímos uma ferramenta importante para futuras

escavações e até mesmo para que as construções e modificações do espaço urbano da cidade do Recife quando realizadas possam encontrar-se preparadas para atender as demandas de conservação de nosso patrimônio histórico, pois torna-se possível uma visualização próxima da realidade do que poderá ser evidenciado em todas as regiões da cidade do Recife onde o passado histórico-arqueológico pode apresentar-se. Além disso passamos a ter uma visão mais clara e real do que foi o episódio chamado de surto dos *males* e o que ele representou para a História do povo pernambucano e para a História das medidas profiláticas e de manutenção da saúde em nosso estado.

Referências Bibliográficas

Referências Primárias:

Carta escrita pelo assistente Dr. Domingos Pereira da Gama que ficou em Recife até meados de 1710. Carta de 6/08/1703. AHU-FG: 391.

Cartas que chegaram a Portugal, vindas de Pernambuco, referentes as epidemias que por lá se alastravam. E informando sobre a quantidade de óbitos e das possíveis causas. (Fonte: AHU – Documentos 0541 e 0542. Caixa 1418 – Lapeh.)

Carta do Governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, sobre o falecimento do médico que havia na dita capitania. Documento 0259 – AHU.Caixa 1372. Fonte: Lapeh.

Documentação do acervo Ultramarino de Pernambuco, em carta escrita em 31 de maio de 1687, pelo Secretário do Estado Pedro Sanches Farinha. Documento número 1418. Cd 02 pasta 018 subpasta 003 arquivo 0541, linhas 3,4 e 5. Pertencente ao Acervo do LAPEH/UFPE.

ROSA, João Ferreyra da, **Trattado unico da constituçam pestilencial de Pernambuco : oferecido a EIRey N.S.** *por ser servido ordenar por seu Governador aos Medicos da America, que assistem aonde ha este contagio, que o compusessem para se conferirem pelos coripheos da Medicina aos dictames com que he trattada esta pestilencial febre / composto por Joam Ferreyra da Rosa Medico formado pela Universidade de Coimbra, & dos de estipendio Real na ditta Universidade, assistente no Recife de Pernambuco por mandado de Sua Majestade que Deos guarde*, Lisboa: na Officina de Miguel Manescal, impressor do Príncipe Nosso Senhor, 1694.

Referências Secundárias

ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; CÂMARA, Cláudio Augusto Gomes da; MARQUES, Érika Alves Tavares. **Plantas medicinais brasileiras usadas pelo Dr. João Ferreyra da Rosa na “Constituição Pestilencial de Pernambuco” no final do século XVII.** Revista Biotemas num. 21. UFRPE, Recife, Dezembro de 2008.

ANDRADE, Gilberto Osório de; DUARTE, Eustáquio. **Morão, Rosa e Pimenta. Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil.** Recife. Editora Universitária UFPE. 1956.

_____, Gilberto Osório de. **Montebelo, os males e os mascates.** Recife, Universidade Federal de Pernambuco. 1969.

_____, Gilberto Osório de. **Origem da Febre Amarela urbana na América do Sul.** Recife, 1976. Artigo.

BARBOSA, J. Plácido. **Pequena História da Febre Amarela no Brasil.** Archivos de Hygiene 3, Departamento Nacional de Saúde Pública, 1929. Artigo.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Histórias da medicina e saúde pública: problemas e perspectivas.** In: ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. **Ciências em Perspectiva: Estudos, Ensaios e Debates.** Organizadora. Coleção História da Ciência. MAST/MCT – SBHC. Rio de Janeiro, 2003.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **O Recife e a Origem de seus Bairros centrais**. In: PEREIRA, Nilo et al. **Um tempo no Recife**. Edição Arquivo Público Estadual. Secretaria da Justiça. Recife, 1978.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos, 1834 -1850**. Recife: Fundarpe, 1985.

COSTA, Veloso. **Alguns aspectos históricos e médicos do Recife**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1971.

CUNHA, F. **De como os modismos influenciam as condutas médicas**. *Femina*, 19 (11): 934-936, 1989.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**. Editora UFP, Passo Fundo. RS, 1999.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **As Artes de Curar nos Tempos da Cólera. Recife, 1856**. In: CHALHOUN Sidney, *et al.* Organizador. **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**. Editora Unicamp. Campinas. SP, 2003.

FRADA, João José Cúcio. **História, Medicinas e descobrimentos portugueses**. *Revista ICALP*, vol. 18, Dezembro de 1989.

FREITAS, Pollyana Calado de. **Preservação do Patrimônio Arqueológico do Pilar**. IV Seminário de Preservação do Patrimônio Arqueológico. Recife. PE. Artigo. 2016.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Maurício de Nassau e o Brasil holandês: correspondências com os Estados Gerais.** Editora Universitária – UFPE. 1998.

LEITE, Bruno Martins Boto. **Teoria da peste e regulação da profissão médica no *Trattado unico da constituçam pestilencial de Pernambuco (1694)* de João Ferreira da Rosa.** Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo. Julho de 2011.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Roberto; MURICY, Katia. **Danação da Norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil.** Editora Graal. Rio de Janeiro, 1978.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista.** Editora da Unicamp. Campinas, SP. 1999.

MENEZES, José Luiz Mota. **Atlas Histórico Cartográfico do Recife.** Editora Massangana, Recife, PE. 1988.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia. Limites e espaços da cura.** 2º ed. Editora Universitária da UFPE. Recife. 2011.

PESSIS, Anne-Marie, et al. **Evidências de um cemitério de época colonial no Pilar, Bairro do Recife – PE.** Relatório de acompanhamento das escavações do Sítio Arqueológico do Pilar. Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Arqueologia. 2013.

RIBEIRO, Lourival. **Medicina no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro (GB), 1971.

RIBEIRO, Márcia Moisés. **A Ciência dos Trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII.** Editora HUCITEC. São Paulo, 1997.

ROCHA, Leduar de Assis. **Efemeridades Médicas Pernambucanas. Séculos XVI, XVII e XVIII.** Prefeitura Municipal do Recife. Departamento de Documentação e Cultura. 1956.

SANTOS, F. S. 2003. **Os jesuítas, os índigenas e as plantas brasileiras: considerações preliminares sobre a tríaga brasílica.** Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, 245pp.

SANTOS F. , Lycurgo de Castro. **História Geral da Medicina Brasileira.** Volume 1. São Paulo, HUCITEC, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977.

_____, **Pequena História da Medicina Brasileira.** Editora da Universidade de São Paulo. SP. Coleção Buriti, 1966.

SILVA, Kalina Vanderlei. **A peste e a morte no imaginário açucareiro colonial: a tela de Ação de Graças aos Santos Cosme e Damião pela proteção da Vila de Igarassu contra a peste em 1685.**VI Simpósio Nacional de História Cultural. UFPI. Terezina. Artigo. 2012.

SIMIS, Tereza Cristina. **Convento dos Oratorianos de São Filipe Néri: leituras arqueológicas de um convento que virou shopping em Recife – PE.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de pós-graduação em arqueologia. 2005.

SOUZA, Evergton Sales. **Entre vênias e velas: disputa política e construção da memória do padroeiro de Salvador (1686-1760)**. Revista de História num. 162. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VICQ-d'AZIR, M. Félix. **Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades, e nos seus contornos**. Impressão Régia, Rio de Janeiro. 1812. Disponível em: <https://archive.org/details/b29339479> Acessado em 30 de maio de 2018.

XAVIER, Regina. **Dos Males e suas Curas: práticas médicas na Campinas oitocentista**. In: CHALHOUB Sidney, *et al.* Organizador. **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**. Editora Unicamp. Campinas. SP, 2003.

Sites visitados:

Página da Unicap:

http://www.unicap.br/assecom2/boletim/2007/setembro/boletim_20.09.2007.html

Prefeitura do Recife:

<http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/historia>

Pesquisa no site da Google search sobre a profilaxização urbana no século XVII:

https://www.google.com.br/search?q=projeto+de+profilaxiza%C3%A7%C3%A3o+urbana+no+s%C3%A9culo+XVII+no+Recife&tbm=isch&tbs=rimg:CfT4ri_100McbIji7068NLJ2OXzkGqjbV-4rISQXwiulxR58p58raYXuHCo1EdMA1wjc5LCeHdY0-sscSRmYlkkCCiioSCbvTrw0snY5fEbD80XbCmlrmKhIJOQaqNtX7iuUR4jcN7JX4k7sqEgIJBfCK6XFHnxEi42eLWPPo7ioSCSnnyphe4cKEV-6jtgFC622KhIJjUR0wDXCNzkRpoeaZ95pC98qEgksJ4d1jT6yxxG7DivS4ZBgJCoSCRJGZiWSQIKKEUujvp_1VIsIB&tbo=u&sa=X&ved=2ahUKEwj68KONj9HcAhUEjJAKHR9SDpkQ9C96BAgBEBs&biw=1366&bih=582&dpr=1

Pesquisa no site Google Mapas sobre a Igreja da Madre de Deus:

<https://www.google.com.br/maps/place/Igreja+Matriz+Madre+de+Deus/@-8.0642104,->

[34.8761013,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x7ab18a4d411f05d:0xe537e84a23c19532!8m2!3d-8.0642157!4d-34.8739126](https://www.google.com/maps/place/Cemitério+dos+Ingleses/@-8.0471365,-34.8757778,17.25z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x7ab18a4d411f05d:0xe537e84a23c19532!8m2!3d-8.0642157!4d-34.8739126)

Pesquisa no site Google Mapas sobre o Cemitério dos Ingleses:

<https://www.google.com.br/maps/place/Cemitério+dos+Ingleses/@-8.0471365,-34.8757778,17.25z/data=!4m5!3m4!1s0x7ab188e4b7b23c1:0xb2a690483bd5ddbba!8m2!3d-8.0473723!4d-34.876561>

ANEXOS

ANEXO II

Plano da Vila do Recife de Pernambuco – Arquivo cartográfico do Lapeh.



